



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX N.º 192 • SÃO PAULO • 2 A 8 DE NOVEMBRO DE 1974 PREÇO CR\$3,00

## Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

O 28 de setembro, segundo o  
brig. Otelo Saraiva de Carvalho

### Jazigos de petróleo pertencem ao Estado

### Governo arrendará terras mal aproveitadas

Governo da  
maioria no exílio

O desporto  
ao serviço do povo

Um futuro promissor  
para a economia portuguesa

Nova unidade Amoníaco  
será das maiores do mundo

O bispo do Porto:  
homem de posições progressistas

Projeto da  
nova lei eleitoral



O povo português que na História ficou marcado por grandes dramas e grandes vitórias, nesses altos e baixos que são as curvas desenhando o Tempo, teria que, à escala dessa sua grandeza clássica, libertar-se a um só momento, do turbido meio século fascista na metrópole e da vergonha colonialista de vários séculos na África. Séculos que só foram bastantes para alimentar o sonho imperialista e a arrogância de uma minoria convenientemente silenciosa. Hoje, todos os esforços feitos pelo Governo Português, despertar o em abril estão dando solução corajosa e imediata à descolonização, ao mesmo tempo em que se desmonta o monstro ditatorial na metrópole, tranquilizando a opinião pública mundial e dignificando historicamente uma vez mais o povo português. Ademais, esses esforços demonstram e respondem a todos aqueles alarmistas que, à volta da ideia ambígua do Portugal e o futuro, acharam prece a decisão de uma descolonização imparcial e rápida, talvez com a finalidade de permitir que uma dilatação de prazos desse origem ao mito de uma "maioria". As iras repentistas levantadas pelos

colonos chamados brancos (instrumentos seculares de todos os colonialismos racistas) revelaram também que uma demora de aparências tolerantes e paternalistas, só se prestará a criar ânimos temperados com pólvora para alimentar movimentos de reação dessa minoria. Quem sabe até se ajudada por outras, vizinhas. Mas Portugal, emerso de um pesadelo angustiante, cuja demora ensinou o seu povo a não deixar-se embalar de novo por outros, da mesma ambição, surge neste momento, marcado por crises variadas e todas universais, como um velho sábio que se aparelhou no silêncio doloroso, mas consciente de suas teorins, para as tornar oportunas e, ao mesmo tempo, como criança bastante credula para se transformar num novo homem. A África por si mesma dará a resposta final a todos os portugueses que nela acreditam e que agora, como os africanos, são livres. E como só em liberdade se pode responder a tudo, também todos aqueles que, de uma forma ou de outra, fazem por ignorar a realidade africana, terão a sua resposta.



# Governo arrendará terras mal aproveitadas

revelou na FAO o secretário de estado da agricultura

"Através do Instituto de Reorganização Agrária, não deixaremos de arrendar ou adquirir terras incultas ou subaproveitadas para, através de cooperativas ou de outras entidades, se conseguir a intensificação da produção agrícola".

Esta é uma das medidas urgentes encaradas pelo Governo Provisório para fazer frente à crise agrícola portuguesa. Assim o anunciou, na 9.ª conferência regional da F.A.O., que decorre em Lausana, o secretário de Estado da Agricultura, dr. Esteves Belo.

Outras medidas preconizadas: "Será, dentro em breve, estabelecido o novo regime do arrendamento rural, que introduz importantes modificações, tais como a ampliação do prazo do arrendamento por períodos prorrogáveis até ao limite de 18 anos, a proibição ao subarrendamento, o direito de arrendamento pelo Estado de terras incultas ou subaproveitadas e a fixação dos valores máximos das rendas, tendo em conta as diferentes regiões e culturas.

Será, também, revista a legislação do arrendamento das propriedades beneficiadas pelas obras de rega, assim como serão objeto de estudo e de alteração as exigências a satisfazer pelos proprietários das terras de regadio com vista a conseguir o seu melhor e indispensável aproveitamento.

Está previsto que as explorações de maior dimensão, de sequeiro e de regadio, tenham de cumprir programas de exploração que observem os padrões culturais mínimos correspondentes às diferentes classes de terra e aos diversos tipos de utilização agrícola.

É, também, nossa orientação governativa, impedir que se mantenham terras incultas ou subaproveitadas. Serão fixadas medidas especiais, tendo já sido estabelecido um agravamento da tributação procurando, deste modo, conduzir os proprietários a realizar a efetiva exploração das suas terras com vista a crescer a produção e a aumentar os postos de trabalho.

As medidas tomadas e projetadas não põem em causa a posse da terra. Não se altera o direito de propriedade. Mas entendemos que, em face das necessidades alimentares do País e para socorrer as situações de desemprego, não é possível consentir que as terras permaneçam incultas ou com reduzido aproveitamento.

Nas zonas de minifúndio criaremos unidades piloto, devidamente dimensionadas, fomentaremos a criação de cooperativas ou outras modalidades de condicionalismo agrícola, assim como estimularemos todas as ações de emparcelamento.

Será alterado o sistema de crédito, tornando-se extensivo ao arrendatário da terra. O apoio do crédito será mais dinâmico e cooperante. E, com este objetivo, será criada uma instituição especialmente incumbida da concessão do crédito agrícola.

**Rever a política de preços numa panorâmica global**

Mais adiante, o dr. Esteves Belo indicou ainda alguns dos meios para pôr em prática este programa:

"Os organismos que, até agora, tinham as funções de abastecimento e de regularização do mercado, passarão a constituir empresas públicas que deixarão de atuar acidentalmente, para exercer uma ação puramente de compra e venda dos produtos agrícolas, fazendo diretamente as suas aquisições aos agricultores e vendendo aos retalhistas, cooperativas e supermercados que se obriguem a respeitar as condições de venda, o que

permitirá uma valorização dos produtos agrícolas e a defesa dos legítimos interesses do consumidor. Tal, não significa que a atividade privada deixe de atuar. Tem, ainda, um largo e amplo campo de ação a desenvolver mas, como é óbvio, terá de atuar com as razoáveis e justas margens da comercialização.

Estamos, também, a rever a política de preços, tendo em conta o fomento de produção nacional, as necessidades de abastecimento do País, a situação internacional e, ainda, a necessidade de modificar as estruturas da nossa produção. É uma zona de ação que, particularmente, nos preocupa, já que a estrutura da produção ou as características especiais do País nem sempre permitem um custo de produção aceitável".

**Uma crítica herança do regime agravada pela guerra colonial.**

Analisando o estudo elaborado pelo secretariado da F.A.O. acerca da produção agrícola dos países ao sul da Europa, o dr. Esteves Belo, aceitou a referência a Portugal, onde, na última década, se registou praticamente uma estagnação, enquanto nos outros países houve evolução favorável.

A esse respeito, o nosso delegado focou algumas das situações críticas que, no campo da agricultura, nos foram legadas pelo regime deposedo e que as guerras na Guiné, Angola e Moçambique vieram agravar:

"O setor agrícola", disse, "ocupa cerca de 28 por cento da população ativa, cifrando-se em 15 por cento a sua contribuição para o produto interno bruto. A capitação anual da produção agrícola ao redor dos 1.200 dólares, que será cerca de um terço do registado na indústria transformadora.

Estes indicadores evidenciam bem o desfasamento entre a atividade agrícola e industrial e, ainda, o baixíssimo nível de vida das populações rurais. Os baixos salários e rendimentos agrícolas foram a determinante do extraordinário fluxo migratório que obrigou cerca de dois milhões de portugueses a procurarem no estrangeiro os meios de subsistência e as condições de uma vida digna e humana.

É extremamente elevada a percentagem da população ativa no setor agrícola. Estão a regressar ao País as forças militares que combateram nos países africanos agora independentes. Há que lhes dar trabalho. Não obstante os programas de desenvolvimento industrial, obras públicas e construção civil, há dificuldade de, a curto prazo, encontrar postos de trabalho para todos aqueles que regressam à Europa. O afluxo ao setor agrícola conduziria a torná-lo ainda mais deprimido. É um problema para nós muito preocupante e para o qual chamo a vossa particular atenção, na firme convicção de que, em cooperação conosco, saberemos encontrar os meios e abrir os caminhos para quem — e são tantos — deseja ganhar a sua vida e participar no processo produtivo na comunidade a que todos nós pertencemos.

A nossa estrutura agrária é muito deficiente. Há cerca de 800.000 explorações agrícolas. O conjunto de

explorações com menos de um hectare é de 39 por cento do total e apenas abrange 2,5 por cento da área cultivada. As explorações de 1 a 20 hectares representam 58 por cento do total e correspondem a 36,2 por cento da terra cultivada. Com mais de 20 hectares, apenas temos 3 por cento das explorações, que ocupam 61,3 por cento da área total agrícola".

**Aumentaram extraordinariamente as importações de produtos agrícolas**

O dr. Esteves Belo citou ainda, entre outros casos, que: 72 por cento do número das explorações, abrangendo 30 por cento da superfície cultivada, destinam a sua produção ao autoconsumo, é elevado o número de explorações em regime de arrendamento, são francamente baixas as nossas produções unitárias; é reduzido o consumo de fertilizantes; é escassa a mecanização; é baixíssimo o volume de dirigentes agrícolas com curso superior ou médio; há falta de investimentos no setor agrícola, o que tem os seus reflexos na baixa produtividade global; o associativismo agrícola encontra-se numa fase incipiente.

"Estes", declarou, "são os fatores determinantes da estagnação do nosso deprimido setor agrícola que, não obstante as baixas capitações do nosso consumo, tem sido incapaz de satisfazer as necessidades nacionais, tendo o País que recorrer a avultadas e crescentes importações de produtos alimentares. Enquanto, em 1970, as importações se cifraram em seis milhões de contos, em 1973, a nossa balança comercial teve de suportar um volume de importações de mais de 13 milhões de contos de produtos agrícolas — e o produto agrícola português é de cerca de 31 milhões de contos.

Esta é a situação real e confrangedora da agricultura portuguesa, herdada pelo Governo Provisório, para a qual teremos de encontrar soluções, tendo em conta que, segundo os princípios que regem a nossa ação governativa, não poderemos proceder a grandes reformas de fundo que só poderão ser discutidas pelas instituições democráticas resultantes de eleições livres e genuínas".

A terminar, o dr. Esteves Belo acentuou o entusiasmo e a cooperação dos técnicos do seu departamento para em colaboração com os agricultores, se conseguir uma agricultura evoluída e moderna; anunciou a criação, pelo Governo Provisório, da Comissão Nacional da F.A.O., que o regime fascista tinha extinto; e proclamou que Portugal está de novo firme e irreversivelmente reintegrado no convívio dos países livres, independentes e democráticos. Finalmente, convidou a F.A.O. a realizar em Portugal uma das suas próximas conferências.

A intervenção do representante português foi ouvida com particular atenção e interesse por todos os participantes na conferência, dos quais mereceu invulgar acolhimento. O presidente, sr. Plot, registou e agradeceu o convite para a realização, em Portugal, de uma das próximas reuniões da Conferência Internacional da F.A.O., e exprimiu o voto de que se consiga retirar do atraso em que se encontra.

# Despachos sobre a indústria de papel

Quando ao despacho relacionado com a indústria da pasta para papel, é o seguinte o seu teor:

"1. A importância que representa para o País o conjunto das indústrias baseadas em produtos da floresta, justifica que o Estado exerça intervenção constante sobre o setor, tendo em vista a valorização e aproveitamento dos recursos nacionais em madeiras e produtos derivados.

Designadamente no que toca à indústria da pasta para papel, o valor da respectiva produção e, sobretudo, a contribuição para o total das nossas exportações obriga a que se lhe dedique particular atenção, por forma a mantê-la competitiva a nível internacional. Ora, como se sabe o desenvolvimento futuro desta indústria encontra-se condicionado pelo abastecimento de matéria prima.

Não pode, por isso, o Governo, ao pretender o melhor aproveitamento dos recursos naturais do País, nomeadamente o pinho e o eucalipto, deixar de fazer depender a instalação de novas unidades, no setor da pasta para papel, das possibilidades efetivas em material lenhoso, de modo a adequar as capacidades de laboração instaladas com as disponibilidades da matéria-prima a utilizar. Mais concretamente, torna-se indispensável harmonizar a expansão da indústria de pastas celulósicas com a concretização de uma política de reflorestamento a levar por diante através de uma ação conjugada dos diferentes departamentos governamentais interessados e que tenha como objetivo a exploração racional das nossas potencialidades florestais e, bem assim, assegurar a competitividade internacional da indústria.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 533/74, de 10 de Outubro, são arquivados, considerando-se indeferidos, os pedidos de autorização pendentes (n.º 1 do art. 42.º). Simultaneamente, e é este o objeto do presente despacho, procede-se à abertura de concurso público para o fabrico conjugado de pasta mecânica e de papel de jornal.

Os atuais titulares de autorizações em vias de concretização devem prosseguir no pleno cumprimento da política de reflorestamento próprio que lhes foi fixado, sendo certo que de futuro terão prioridade as entidades que hajam dado execução a programas de reflorestamento compatíveis com as necessidades de elaboração das respectivas unidades fabris, dentro de uma política florestal nacional".

**As condições do concurso público**

"2. Entretanto continua o País totalmente dependente do exterior quanto ao abastecimento de papel de jornal.

Sendo do conhecimento geral a carência que, a nível mundial, se verifica em relação àquele tipo de papel, e conhecidas as disponibilidades efetivas do País em matérias-primas adequadas à respectiva indústria — que hoje têm uma utilização muito reduzida, não pode o Governo ficar indiferente a tal situação. Daí que se decida promover imediatamente, através do lançamento de um concurso público, a instalação no País de uma unidade integrada de pasta mecânica e de papel de jornal. Assim, em conjugação com o Art. 5.º do Decreto-Lei n.º 533/74, de 10 de Outubro, determino que seja posta a concurso público a instalação de uma unidade fabril integrada de pasta mecânica e de papel de jornal, cujas propostas deverão ser apresentadas e apreciadas de acordo com os princípios a seguir indicados:

Seguem-se as normas que regulam o referido concurso.



## Aliança entre os povos das colónias e o povo português

A proclamação do direito à independência dos povos coloniais, além de constituir uma viragem histórica de Portugal em relação ao chamado "problema colonial", é sem dúvida uma vitória das forças progressistas do mundo inteiro. É por isso, que a relação impulsiona a sua atividade para manter os seus privilégios, passando por cima e desprezando os interesses mais profundos dum povo: a sua total liberdade.

Porém, se o colonialismo tem os seus dias contados, a guerra ainda não acabou totalmente. Compete ao povo português, através do seu sentimento internacionalista, irmanar com os povos das colónias em prol da sua libertação sob pena de comprometer o próprio processo de democratização em curso, pois e citando Samora Machel "o fascismo é ainda um cadáver quente e o colonialismo a coramina que o fará ressuscitar. A aliança do povo português com os povos das colónias não é uma coisa proclamada depois do 25 de Abril; já vem de longe a sua afirmação, quer no plano das declarações formais dos dirigentes das vanguardas dos povos

coloniais e do povo português, quer no plano da ação concreta também muito antes do 25 de Abril.

Pensamos que nunca é demais fazer recordar este problema que assume proporções evidentes na atualidade. Nesse sentido selecionamos pequenos extratos de textos de A. Cabral (P.A.I.G.C.), Agostinho Neto (M.P.L.A.) e FRELIMO.

**Amílcar Cabral:**

**Os nossos povos fazem a distinção entre o Governo e o Povo português**

"Os nossos povos fazem a distinção entre o governo colonial-fascista e o povo de Portugal: eles não lutam contra o povo português. Contudo, a situação objetiva das largas massas populares de Portugal, oprimidas e exploradas pelas classes dirigentes do seu país, deve fazer-lhes compreender as grandes vantagens que para elas derivarão da vitória dos povos africanos sobre o colonialismo português.

"A missão de acabar com as guerras coloniais, confiamos nós que a levará a cabo o povo português, atra-

vês dos seus operários e camponeses, da sua juventude, dos seus intelectuais progressistas e anti-colonialistas, de todos aqueles, em suma, que respeitam e amam de fato Portugal e sabem que lutar contra a guerra colonial é salvar Portugal do sofrimento, da ruína e do perigo que essa guerra cria para a sua própria sobrevivência".

Cartum, 1969.

**Agostinho Neto:**  
**O mesmo sistema**

"O mesmo sistema que oprime e explora o camponês em Portugal, é também o que oprime e explora o cidadão angolano, utilizando motivações diferentes, técnicas diferentes, mas sempre com o mesmo propósito — explorar. E entre o homem português e o homem angolano ou moçambicano ou guineense, é possível o estabelecimento de relações justas; isto é, de relações que impeçam a exploração de um homem pelo outro homem. O fator racial, não jogará senão num papel secundário e só durante mais algum tempo, caso terminem as relações de senhor para escravo".

Dar-Es-Salam, 1974)

**Frelimo:**

**"A nossa luta contribuiu para a luta do povo português"**

"O estabelecimento da democracia em Portugal seria uma vitória para o Povo Português, com a qual

nos regozijaríamos. Para o Povo Moçambicano, sob a direção da FRELIMO, a definição de quem é o inimigo tem sido sempre um ponto fundamental de princípio. O inimigo do Povo Moçambicano não é o Povo Português, ele próprio vítima do fascismo, mas o sistema colonial português. Um importante setor do exército português foi levado a compreender que não estava defendendo os interesses do seu Povo na guerra colonial, ao sentir uma grande desafeição da opinião portuguesa no que respeita a essa guerra. Se a nossa luta contribuiu para a luta do povo português contra o fascismo e pelo seu direito à democracia, a FRELIMO não pode deixar de se congratular por ter contribuído para isso.

Mas assim como o Povo Português tem direito à independência e democracia, o mesmo direito não pode ser negado ao Povo Moçambicano. É para alcançar este elementar mas essencial direito que nós estamos lutando. Os objetivos da Frelimo são muito claros: a total e completa independência do Povo Moçambicano e a liquidação do colonialismo português. O Povo Moçambicano é uma entidade completamente distinta do Povo Português; ele tem a sua própria política, cultura e personalidade, que só pode ser realizada no quadro da Independência de Moçambique"

## Projeto da nova lei eleitoral

D direito de voto aos maiores de 18 anos, aos analfabetos e a emigrantes, são três das principais inovações constantes da primeira parte do projeto da Lei Eleitoral, já aprovado pelo Conselho de Ministros, e a ser submetida muito em breve ao Conselho de Estado. O projeto foi distribuído pelo ministro Vítor Alves durante uma reunião com os diretores dos principais órgãos de Informação, convocada "sobre a hora", dada a urgência de se iniciarem as operações de recenseamento, que têm de estar concluídas até ao fim do ano. Lembra-se, entretanto, que as eleições de Março, e que se referem a este recenseamento, são apenas para a assembleia a quem competirá elaborar a nova Constituição.

Entre as outras medidas inovadoras, salienta-se neste projeto de lei, a instituição, pela primeira vez no nosso país, do cartão de eleitor, "destinado a defender a unicidade de voto".

A lei eleitoral, cujo projeto referente ao recenseamento agora foi divulgado, "regulará — segundo o preâmbulo daquele documento — as primeiras eleições que, desde há dezenas de anos, vão efetuar-se no País com a intenção deliberada de apurar a vontade do povo, e a importância que, por virtude disso, pedagogicamente delas poderá resultar para a formação de uma consciência popular democrática não parece carecer de demonstração".

A propósito do apertado prazo das eleições fixadas pela Lei Constitucional n.º 3/74, refere-se, ainda, no preâmbulo do projeto, que se tiveram de encurtar os prazos tradicionais das diversas operações do recenseamento, "esperando-se que as dificuldades daí resultantes sejam vencidas através da participação ativa na sua elaboração da generalidade dos cidadãos, dos partidos políticos e dos diversos serviços de Estado".

"A elaboração de um recenseamento — prossegue o preâmbulo —, em tão curto prazo onde deverão ser inscritos mais de 5 milhões e meio de eleitores — enquanto o de 1973 tinha cerca de 1.800.000 — somente será viável, porém, se se transformar, como o espera e deseja o Governo Provisório sob o impulso dos partidos políticos, numa jornada cívica à escala nacional".

**Não podem ser eleitores os indivíduos comprometidos em organizações antidemocráticas**

O decreto, a aguardar aprovação final do Conselho de Estado, começa por se referir à capacidade eleitoral, salientando-se que são eleitores os portugueses de ambos os sexos, maiores de 18 anos, residentes no território com a ressalva de que "os portugueses havidos também como cidadãos de outro Estado não perdem, por esse fato, a qualidade de eleitores.

São elegíveis para a Assembleia Constituinte, segundo o projeto, os cidadãos eleitores maiores de 21 anos, incluindo os funcionários civis do Estado, que podem candidatar-se a deputados sem dependência de autorização hierárquica.

Por outro lado, são inelegíveis os que não tenham a cidadania portuguesa há pelo menos 15 anos; os que não saibam ler e escrever português os que não residam no território eleitoral há pelo menos 6 meses, contados em relação à data da marcação das eleições, salvo os que se encontrem fora dela em virtude de missão do Estado ou de serviço público, reconhecido como tal pela autoridade competente; os magistrados judiciais ou do Ministério Público enquanto prestarem serviço ativo; e os cidadãos a quem, por motivo de exercício de determinadas funções públicas ou participação em organizações antidemocráticas, antes do 25 de Abril, não é conferida a capacidade de eleitores. Em decreto-lei, o Governo Provisório estabelecerá a indicação dos eleitores que sofrem daquela incapacidade.

Não podem, ainda, candidatar-se pelo círculo onde exerçam a sua atividade as seguintes autoridades militares e administrativas: comandantes militares ou de forças militarizadas territoriais, governadores civis e seus substitutos, secretários de governos civis, administradores de bairro, presidentes e vice-presidentes das câmaras municipais, diretores e chefes de repartições de finanças.

**Incompatíveis as funções de deputado com as de membro do Governo e Conselho do Estado**

Segundo o projeto de Lei Eleitoral, a função de Deputado à Assem-

bléia Constituinte não é compatível com a de membro do Governo Provisório e do Conselho de Estado.

Depois de indicar as imunidades, regalias e direitos dos deputados, o projeto prevê a perda de mandato, entre outros casos, quando ou saíam ou sejam expulsos do partido pelo qual tenham sido eleitos.

**Obrigatório e officioso o recenseamento**

No que respeita às operações de recenseamento, o projeto estipula que a inscrição dos eleitores nos respectivos cadernos é obrigatória e officiosa, prevendo a pena de prisão até seis meses e multa de mil a cinco mil escudos ao eleitor que recusar o preenchimento ou assinatura do verbete de inscrição.

O recenseamento eleitoral será organizado por freguesias, sendo elaborado por comissões, com quem poderão cooperar os partidos políticos. Estes indicarão aos presidentes das câmaras municipais os nomes dos delegados que designaram para cooperar naquela operação.

As comissões são compostas de cinco membros, designadas pelos presidentes das Câmaras entre "as personalidades representativas de grupos ou correntes políticas ou personalidades independentes que se identifiquem com o Programa do Movimento das Forças Armadas".

Nas freguesias de mais de 2.000 habitantes as comissões de recenseamento poderão abrir postos de recenseamento em locais especialmente escolhidos para esse fim, de forma a facilitar a inscrição daqueles que vivem em lugares mais afastados.

Os serviços de repartições civis, militares e militarizadas do Estado, os serviços de autarquias locais e das pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, e bem assim as empresas públicas e as empresas concessionárias de serviços públicos, e de obras públicas deverão remeter, por sua vez, às comissões de recenseamento da freguesia da residência habitual dos seus funcionários e trabalhadores, verbetes de inscrição daqueles que estejam em idade eleitoral.

De igual modo e até à mesma data as direções das instituições de previdência deverão remeter relações dos seus beneficiários às comissões de recenseamento competentes.

**Sanções previstas:**

Das sanções previstas no projeto, relativamente às infrações relativas ao recenseamento, salientam-se as de inscrição dolosa, punida com as penas de prisão que variam entre os seis meses e os dois anos e multas de mil a dez mil escudos. O não cumprimento do dever de informação para efeito de recenseamento é punido com multa de cinco a dez contos e a obstrução à inscrição, com prisão de 6 meses a um ano e multa de mil escudos a cinco contos.

Os membros da comissão de recenseamento que não expuserem a cópia do caderno do recenseamento ou obstarem a que os cidadãos o examinem serão punidos com prisão até um ano e multa de mil a dez mil escudos.

Por sua vez, aquele que se recusar a entregar, fizer extraviar, destruir ou furta ao eleitor o respectivo cartão será punido com prisão de seis meses a dois anos e multa de mil a dez mil escudos. Pena igual é a da falsificação do cartão de eleitor.

A pena mais rigorosa, prevista no projeto, está, no entanto, relacionada com o vício, alteração, substituição, supressão, destruição ou composição falsa dos cadernos de recenseamento — oito a doze anos de prisão maior e multa de dez a cem contos.

Aquele que, por outro lado, dolosamente imputar a outrem, sem fundamento, a prática de qualquer infração relativa ao recenseamento eleitoral será punido com as penas de denúncia caluniosa.

**A comissão que elaborou o projeto da Lei Eleitoral**

Este projeto foi elaborado, como noticiámos, por uma comissão empossada em 3 de Julho e presidida pelo dr. José Magalhães Godinho e constituída pelos drs. Angelo de Almeida Ribeiro, António Moreira Barbosa de Melo, Jorge Miranda, José Manuel Galvão Teles, Lino Lima, Manuel João da Palma Carlos e António dos Santos Cartaxo Junior (secretário).

Diário de Notícias



## O Bispo do Porto: Homem de Posições Progressistas



A descolonização e a campanha que alguns sacerdotes fazem contra o comunismo através das suas folhas paroquiais, foram alguns dos temas abordados pelo bispo do Porto no encerramento da XII Semana de Estudos Missionários, que decorreu no Seminário de Valadares, em Gaia. Estabelecendo diálogo com a assistência, quanto ao primeiro ponto, D. António Ferreira Gomes disse que a descolonização atualmente em curso deve ser vista à luz da colonização: "A África marcou não só o País como a todos nós", afirmou.

Sobre a campanha anticomunista de alguns sacerdotes, declarou que ela tem de ser considerada desleal, pois as folhas paroquiais não podem servir como arma política: "Se, de fato, pretendem defender-se, que formem um partido e se defendam por meios políticos".

Ainda acerca do movimento pró-divórcio, o bispo do Porto disse que a maior parte do episcopado português era concordante com as razões expostas pelo bispo de Vila Cabral, o qual sustenta que a indissolubilidade do casamento católico não tem de ser apoiada por uma lei civil. A Igreja nem sequer agora tenta democratizar-se — diz-se num documento apresentado à Semana de Estudos

Entretanto, na assembléia de encerramento da Semana de Estudos, um grupo de participantes apresentou um documento que, depois de lido, foi subscrito por algumas dezenas dos presentes.

De grande importância sócio-religiosa, são ali tratadas a estrutura hierárquica da Igreja e a situação religiosa do povo português. É do seguinte teor esse documento:

"Reunidos para refletir durante esta semana sobre o tema 'Evangelho e Libertação', não podemos deixar de nos sentir interpelados pelas exigências de um confronto entre as realidades da Igreja e da sociedade. Porque não queremos limitar-nos a uma análise meteórica, as considerações que se seguem são uma tomada de posição em ordem ao nosso desejo de uma intervenção na nova realidade.

1 — ESTRUTURA HIERARQUICA DA IGREJA — Numa altura em que o País procura vias de democratização, a Igreja nem sequer agora tenta democratizar-se, coisa que já devia ter feito há tanto tempo, por exigência do Evangelho, não sabendo ler, mais uma vez, no tempo que corre, o sopro do espírito. Com efeito, podemos ainda verificar: a) o exercício do poder da Igreja em Portugal, invocando falsas razões religiosas, continua a ser autoritário, por vezes despótico contra os interesses do povo, obstruindo-lhe legítima participação e criatividade, às já denunciadas ligações dos bispos com o regime fascista deposedo tentam ainda sobreviver e recuperar novas formas,

em detrimento da independência, há tanto tempo exigida para o Estado e para a Igreja; c) o regime concordatário ainda vigente deve morrer, sem complacência para qualquer futura concordata por muito aberta e progressiva que ela se apresente. E que todo e qualquer tratado deste tipo consagra privilégios e favores — o mesmo é dizer justifica a aceitação de desigualdade de tratamento em relação a pessoas e grupos o que é radicalmente contra os valores da liberdade e do Evangelho; d) uma vez que estamos a refletir sobre a libertação, não podemos omitir uma consequência do regime concordatário, a situação criada aos que, tendo contraído casamento católico, sofrem face à lei uma discriminação por motivos religiosos.

A defesa intransigente deste estado de coisas revela profunda fraqueza da Igreja, que, em vez de se apoiar na força da fé, recorre ao braço secular.

Em conclusão — identificando-se com o regime corrompido e corruptor, impermeável ao espírito, incapaz de ser anúncio projetivo, que pode oferecer este modelo da Igreja, refugiada nas estruturas anquilosantes e no culto alienante, totalmente dissociada da vida?

Como os dirigentes desta Igreja não foram capazes de mudar de vida e de pensar, como é demonstrado mais uma vez na última carta pastoral, por que não têm os nossos bispos coragem de entregar à Igreja (povo de Deus) os seus lugares?

### Exigência dos cristãos de tomar partido pela libertação do povo a todos os níveis

Sobre a situação religiosa do povo, o documento prossegue:

1 — A situação sócio-religiosa do povo apresenta-nos um cristianismo apegado a formas arcaicas carregadas mais de superstição e de medo que de adesão à mensagem libertadora de Jesus Cristo. Os dirigentes oficiais das comunidades cristãs empenharam-se mais em dificultar a reflexão e o pensamento do povo na vida de todos os dias. Daí a incapacidade das comunidades de se inserirem com a força da fé na vida coletiva de todo o povo: as camadas menos estragadas pela religião — que comumente se chamam de "des cristianizadas" — são, no fundo, as mais permeáveis aos valores do Evangelho.

Em conclusão — não abdicamos de um compromisso crítico, como é nosso direito e dever perante a Igreja e que pertencemos pela fé e perante a sociedade de que somos cidadãos. Isto significa para nós a exigência de tomar partido pela libertação do povo a todos os níveis. Para tanto, propomos à opinião pública dentro e fora da Igreja, nomeadamente aos meios da comunicação social, um amplo debate sobre este assunto. Estamos dispostos a entrar nele".

## Os Jazigos de petróleo pertencem ao domínio público

No decreto dimanado do Ministério da Economia (Secretaria de Estado da Indústria e Energia), fixam-se, através de numeroso articulado, disposições definidoras do novo regime relativo à concessão de direitos de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo na área emersa do território do continente.

O primeiro artigo do decreto estabelece que os jazigos daquele produto pertencem ao domínio público do Estado e define a noção de petróleo, pelo qual se entende toda a concentração ou mistura natural de hidrocarbonetos líquidos ou gasosos, incluindo todas as substâncias de qualquer outra natureza que com eles se encontrem em combinação, suspensão ou mistura, com exclusão dos hidrocarbonetos sólidos naturais e de todas as concentrações cuja exploração só possa ser feita através da extração das próprias rochas.

Dispõe depois o decreto-lei que os direitos de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo no subsolo da área emersa continental podem ser objeto de concessão, mediante contrato e nos termos que estipula largamente, quanto à forma da sua atribuição, concurso público, blocos e áreas de concessão; sobre disponibilidade de concessões e direitos resultantes do registo de manifestos mineiros, duração dos contratos, composição das áreas reduzidas, regulamentação sobre matérias de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração; medições e registos das sondagens e de produção; conservação das amostragens; transporte e armazenagem; disponibilidades da produção e direitos do Estado a esta e sua preferência pela indústria nacional; exportação, dependente de autorização ministerial e sujeita a regime aprovado superiormente, etc.

No capítulo dedicado aos direitos e deveres dos concessionários, estabelece-se que devem preencher os seus quadros de pessoal, em todas as categorias, com portugueses, só contratando estrangeiros enquanto, dentro dos limites do que for razoavelmente necessário para o desempenho dos lugares desses quadros, não houver nacionais com as qualificações e experiência exigidas.

O preenchimento dos quadros de pessoal obedecerá às seguintes regras: os cargos superiores de direção são providos por nacionais, em 50% e em 75%, no termo, respectivamente, de quatro e de seis anos contados da data de assinatura do contrato de concessão; o total dos cargos da empresa será ocupado por nacionais, em 80% e em 98%, no fim, respectivamente, dos períodos atrás indicados.

## Americanos investem em milhões

LUANDA — A Angola Energy vai erguer em Moçamedes, ainda este ano ou no princípio do ano que vem, um importante complexo de refinarias de petróleo — informa o matutino "O Comércio".

A capacidade de produção estima-se, em princípio, em cinco milhões de toneladas métricas por ano. Dispõe-se a utilizar ramais próprios ou outras que venha a conseguir, sem interferência do Estado.

A aplicação do capital ficará es-americano, investindo 100 milhões de dólares (ou seja, cerca de 2.600.000 contos).

A aplicação do capital ficará escalonada por três anos, atribuindo-se 40 milhões de dólares no primeiro ano,

42 milhões no segundo e 18 milhões no terceiro.

A laboração será dirigida para os setores de produção de nafta, gasolina, "L P G", "diesel", para além de transformação de combustíveis residuais.

Estima-se que o grande contingente de produção venha a incidir no setor de "diesel", e a exportação será o objeto número um do complexo.

A Angola Energy requereu um prazo de três anos para realizar o empreendimento, que foi recentemente aprovado a nível governamental.

Entretanto, e de acordo também com "O Comércio", a Angola Energy pediu autorização aos serviços industriais para a instalação de uma refinaria igualmente no Sul de Angola, estando previsto para esta unidade um capital social de 300 mil contos, em função de um investimento de mais de meio milhão de contos. — (L.)

## Quem é o general Costa Gomes

O general Francisco da Costa Gomes, uma das mais conhecidas e prestigiosas figuras do Exército, democrata convicto, nasceu em Chaves, a 30 de Junho de 1914, e tirou o curso do Colégio Militar de 1925 a 1931, concluindo depois o curso de Cavalaria em 1935, no R. C. 9, sendo então promovido a alferes. Quatro anos depois era tenente e, em 1944, capitão, altura em que se licenciou, com distinção, em Ciências Matemáticas, pela Universidade do Porto.

Tendo servido em diversas unidades da sua Arma, na G. N. R. e no Estado Maior do Exército, foi também colocado, durante um ano (1945-46) no quartel general do Supremo Comando Aliado do Atlântico e no Estado Maior de Macau, de que foi adjunto e, depois, chefe, entre 1949 e 1951. Promovido a major em 1952, a tenente-coronel em 1955, a coronel cinco anos depois, entrou no generalato em 1964, quando ascendeu ao posto de brigadeiro, passando a general em 1968. Entretanto, frequentou o Curso do Estado Maior e o Curso de Altos Comandos.

O general Costa Gomes desempenhou, de resto, elevadas funções durante a sua carreira nomeadamente as de subsecretário de Estado do Exército, ainda antes da sua promoção a general, e mais tarde, de professor do Curso de Altos Comandos, no Instituto de Altos Estudos Militares, além de 2.º comandante da Região Militar de Moçambique e posteriormente, de comandante da R. M. de Angola.

Em Setembro de 1972, foi nomeado chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, cargo de que foi exonerado já este ano, pelo regime deposedo, na sequência da publicação do livro do seu então adjunto, general António de Spínola, "Portugal e o Futuro".

Pouco tempo depois, viria o 25 de Abril. E o respeitado e distinto oficial recuperaria desta vez no selo da Junta de Salvação Nacional, aquele mesmo elevado cargo.

A sua cultura, espírito de justiça, retidão moral fizeram dele, como atrás dissemos, um dos mais prestigiosos homens das Forças Armadas, que respeitam no general Costa Gomes a figura praticamente incontestado de seu principal "leader". De resto, sabe-se que o Movimento das Forças Armadas depositava, desde o princípio a maior confiança no atual Presidente da República, constando mesmo que uma parte do M.F.A. teria visto com maior agrado a sua nomeação para este alto cargo logo após o 25 de Abril.

Homem simples, amante da leitura (e possuidor de uma boa biblioteca), o general Costa Gomes é um homem de hábitos simples, que gosta de hipismo e de natação. Casado com a sra. D. Maria Estela Costa Gomes, tem um filho, estudante, e reside em Lisboa, num prédio da Avenida dos Estados Unidos da América.



## NOTÍCIAS DIVERSAS

### Auxílio financeiro dos EEUU a Portugal

"Há realmente possibilidade de que possamos vir a obter auxílio norte-americano de interesse para o nosso desenvolvimento económico" — afirmou aos jornalistas o Ministro português das Finanças, dr. Silva Lopes, no regresso de Washington, onde assistiu à reunião do Fundo Monetário Internacional e onde teve contatos com várias entidades oficiais dos Estados Unidos.

"As nossas dificuldades terão de ser resolvidas mais por nós do que por auxílios externos, embora estes possam ser úteis e até em certos casos indispensáveis" — disse ainda o dr. Silva Lopes, que acrescentou não terem sido feitas "tentativas para negociar empréstimos porque a situação no mercado internacional de capitais é extremamente difícil e porque Portugal, nesta altura, orienta a sua atenção para outras modalidades de financiamento"

### Anulada restrição de gasolina aos domingos

Foi suprimida a restrição de venda de gasolina aos sábados e domingos, segundo determinação do Secretário de Estado da Indústria e Energia. As limitações à venda de gasolina nesses dias foram estabelecidas há tempos, devido à crise de petróleo, sendo possível eliminá-las agora.

### Visita à União Soviética

O Ministro sem Pasta e secretário-geral do Partido Comunista Português, dr. Alvaro Cunhal, e o Secretário de Estado da Comunicação Social, Comandante Concelção e Silva, estão visitando a União Soviética, em missão cujo principal objetivo está em fomentar o intercâmbio cultural entre os dois países.

Entretanto seguiu para a capital russa o primeiro Embaixador português, dr. Mário Neves, que deve entregar as credenciais ao Presidente Podgorny ainda esta semana.

### Estado Controla Banco Intercontinental

Passa a ser controlada pelo Estado a gestão do Banco Intercontinental Português, cuja atual administração foi suspensa. Uma nota do Ministério das Finanças, distribuída a este respeito, esclarece que tal medida foi tomada em Conselho de Ministros, "com vista a assegurar o normal funcionamento do mercado monetário-financeiro nacional" e, também, para assegurar àquele banco "todo o apoio monetário e financeiro que permita satisfazer a todo o tempo os seus compromissos, quer sejam de ordem interna quer externa".

Acrescenta a nota que vão ser nomeados para o Banco Intercontinental Português administradores por parte do Estado "de forma a garantir o controle de toda a gestão, pelo que o regular funcionamento da instituição de crédito em causa está assegurado, tanto na efetivação das operações bancárias em curso como no que respeita a novas operações

que venham a ser confiadas àquele banco".

"Estão completamente garantidos os depósitos e demais operações a cargo daquela instituição de crédito" — assegura o Ministério das Finanças, esclarecendo, por último, que "a intervenção do Estado junto do Banco Intercontinental Português subsistirá enquanto se verificar a situação de desequilíbrio que a justificou e se mantiverem os auxílios financeiros do Estado."

### Os problemas dos emigrantes na França

Problemas de interesse para os emigrantes portugueses na França, designadamente o esclarecimento sobre a atual situação no seu país, vão ser tratados pelo Secretário de Estado da Emigração, eng. Pedro Coelho, que recentemente seguiu para Paris.

Durante a sua visita, o eng. Pedro Coelho, cuja permanência na França deve prolongar-se por uma semana, avista-se com o Secretário de Estado francês da Migração, com as autoridades consulares portuguesas e com os principais núcleos de emigrantes.

### Julgamento dos assassinos do General Delgado

Deverá iniciar em janeiro do próximo ano o julgamento dos presumíveis assassinos do General Humberto Delgado, cujo volumoso processo deu agora entrada nos tribunais militares competentes. Todavia, apenas serão julgados os incriminados (todos eles elementos da PIDE-DGS) que se encontram presos, em virtude da sujeição de tal julgamento ao fóro militar não admitir processos à revelia.

### Unificação da Petrosul e Sacor

(ANI) — No âmbito da reestruturação do setor petrolífero português um despacho emanado da Secretaria de Estado da Indústria e da Energia determina a fusão das empresas "Petrosul" e "Sacor", com posterior integração na "Sonap".

Um grupo de trabalho, a que preside o eng. Moura Vicente, foi encarregado de proceder às negociações para a fusão, bem como ao estudo da reestruturação do setor.

O despacho afirma que a fusão daquelas empresas "visa a constituição de uma empresa de grande dimensão à escala portuguesa, naturalmente subordinada a controle do setor público, que possibilitará simultaneamente uma racionalização interna nos vários estágios do processo económico dos petróleos e um reforço de capacidade de negociações em face dos condicionantes externos do mundo dos petróleos".

### Fusão das Agências Lusitania e ANI

As duas agências noticiosas portuguesas — a Lusitânia e a ANI — vão dar lugar a uma única agência, instituída a nível nacional e por iniciativa governamental.

As negociações nesse sentido estão a decorrer no âmbito da Secretaria de Estado da Comunicação Social e — conforme assinala uma nota distribuída à imprensa por aquele departamento — "dentro do melhor espírito de boa fé contratual".

## Paulo de Castro discursa no 5 de Outubro

Ainda sobre as comemorações do "5 de Outubro" no Rio de Janeiro, publicamos a seguir alguns excertos do discurso proferido pelo jornalista Paulo de Castro durante o banquete realizado com a presença de dezenas de democratas, ao qual compareceram o Consul Geral de Portugal, Dr. Pinto França, o Ministro Afonso Arinos de Melo Franco e o Ministro Hermes Lima, entre outras individualidades que sempre se destacaram com a sua amizade e solidariedade ao Povo português:

"O 5 de outubro e o 25 de abril, disse o Professor Paulo de Castro, estão intimamente ligados assim como estes dois grandes momentos da luta do povo português pelas suas liberdades e o seu progresso político e social, estão vinculados a tudo o que há de mais luminoso na história portuguesa, a revolução de 1385, a nossa Renascença caracterizada pelo culto da ciência, da experiência, pelos Descobrimentos e a literatura de viagens — literatura científica que a ela se liga — e que abriu com Pedro Nunes e D. João de Castro o caminho a Galileu, ao racionalismo e a uma nova concepção do mundo.

O 5 de outubro e o 25 de abril são as manifestações neste século do esforço dos portugueses para retomar o fio ascendente da sua História, quebrado pela Decadência, a contra-revolução feudal e a Inquisição que se voltou contra os judeus, menos por motivos religiosos, embora ódios religiosos e objetivos económicos e políticos se encontrassem entrelaçados, mas essencialmente porque os judeus constituíam um setor de vanguarda da nossa burguesia.

A revolução de 1385, a Renascença e a sua obra científica, o Século das Luzes, o liberalismo, as reformas de Mousinho, a geração de 70, quanto ao essencial, a 1.ª República, o 5 de outubro e o 25 de abril são a nossa história no que tem de luminoso. A decadência, a Inquisição, o domínio estrangeiro de 1580 a 1640, o Tratado de Methuen, o miguéllismo, e o Salazarismo são a face sombria produto da coligação da oligarquia com as forças estrangeiras que se sucederam como polos de poder e de domínio no cenário da História europeia. A crise de fins de setembro foi mais um aspecto do quadro em que a conspiração pretendia apagar a face luminosa do 25 de abril pela face sombria da contra-revolução de sempre. As fontes do 25 de abril saíram cristalinas e não turvadas por afluentes que arrastavam detritos do passado. A descolonização da África e da Metrópole, fenômenos simultâneos e complementares, vai prosseguir, e um homem de alta categoria, equilíbrio e integridade e de formação estruturalmente democrática, o Presidente Francisco da Costa Gomes é garantia segura e definitiva, do processo político normal e de eleições. Caminhamos para o Estado jurídico e de justiça como me disse o Ministro Salgado Zenha. Portugal será uma democracia pluralista — e eu não entendo a democracia de outra forma — com todas as garantias políticas mas não apenas políticas e sim económicas e sociais. Não será governado pela oligarquia que nos oprimiu e vendeu através dos séculos. Somos ocidentais de formação e dentro do ocidente encontraremos o nosso modelo.

O Ocidente é rico em valores de liberadamente esquecidos. Mas nós sabemos apanhar do chão da História Ocidental o que foi abandonado pela classe que os criou na fase ascendente e depois os temeu pelo seu dinamismo interno e libertário.

Esses valores serão combinados com a nossa própria história, indole do nosso povo, as tradições patrióticas e republicanas, as aspirações vitais que latejaram durante 48 anos, aspirações à dignidade da pessoa humana, combatida por Salazar um "ocidental" que odiava a Renascença, o Século das Luzes, o liberalismo, a própria revolução industrial burguesa e preferia o deserto e a rocha ao

cimento, porque o cimento é uma criação do homem, "tocado pelo pecado original". O nosso Ocidente é o da liberdade do progresso, do humanismo e não um ocidente transformado em bandeira de ódio de guerras coloniais, de blocos, de guerra fria, de arcaísmos sociais e de pretextos para cruzadas. Não é um ocidente ingênuo o que apresentamos e por isso mesmo queremos a permanência de Portugal na OTAN, mas fazendo um esforço para que os pactos militares terminem e sejam substituídos por uma nova modalidade de segurança. O desarmamento efetivo e não apenas a limitação das armas estratégicas deve ser um objetivo da comunidade humana que em definitivo tem de repelir qualquer falso equilíbrio baseado no terror ou na divisão de zonas de influência entre as super-potências em nome da paz mas à custa de pequenos povos da Europa ou do Terceiro Mundo.

Portugal deve aproximar-se gradualmente do Mercado Comum, mas para que essa aproximação seja útil e não a certo prazo, perigosa, é necessário, pelo menos ao mesmo tempo apoiar-se numa arquitetura mais vasta, a Comunidade Iuso-brasileira.

"Desejo finalmente dizer umas palavras sobre a Colônia Portuguesa. Todos somos Colônia portuguesa, isto é, os que conservamos a nacionalidade e vivemos no Brasil.

Confunde-se a Colônia com um pequeno grupo que a domina, fala abusivamente em nome dos portugueses e até se permitiu dizer que tinha "autorizado" esta festa do 5 de Outubro quando dela foi categoricamente excluída. A Colônia portuguesa honra Portugal e o Brasil, mas está marginalizada por um pequeno centro de decisão que se constituiu em cumplicidade com o fascismo.

Não é esse pequeno grupo que interessa, porque na verdade quem injuria Portugal e o seu governo, é irrecuperável. Mas a magnífica Colônia portuguesa essa será chamada a participar na obra de renovação que deve ser empreendida junto com o povo brasileiro, como uma das bases da Comunidade que desejamos criar. Muitos democratas lançaram há muito as bases do que hoje alguns herdeiros apresentam como suas realizações. E se alguns democratas e dos mais ilustres — e aqui damos Jaime Cortezão como símbolo — não conseguiram da Colônia a criação de Institutos de alta cultura, úteis também ao Brasil é porque a sua cultura era incômoda para uns e a sua condição de democrata era como um grão demoníaco que poderia germinar e conduzir os portugueses a uma reflexão sobre a história genuína da Pátria e do amor do povo português à liberdade.

É preciso que o 25 de abril, como mensagem da Pátria livre e dignificada e para além de estritos problemas partidários chegue à Colônia portuguesa, para a unir e nos unirmos no serviço a Portugal e ao Brasil".

ouça diariamente

A EMISSORA NACIONAL DE LISBOA

nas ondas

13, 19, 25 e 31 metros a partir das 12 até 21h.

(horário do Brasil)

noticiário às 16, 19 e 20h.



## O 28 de setembro, segundo o brig. Otelo Saraiva de Carvalho

Augusto Vilela ("Diário de Lisboa") — Até agora não existe uma versão exata do que se passou no Palácio de Belém na madrugada do dia 28 de Setembro. Sabe-se no entanto que esteve como prisioneiro, embora em determinada altura tivesse o total apoio das F.A. Poderá revelar finalmente o que se passou?

Otelo Saraiva de Carvalho — Quando estive retirado em Belém procurei acalmar os camaradas que me telefonavam para saber qual era a minha situação. Acalmei o pessoal do COPCON mas, a certa altura, era impossível, porque as pessoas sentiam que eu não estava a falar livremente, sentiam uma certa coação na maneira como falava e, a partir daí, começaram a inferir que eu estaria detido ou que não estava livre de poder sair quando quisesse... Até certo ponto foi realmente verdade. Eu estive detido em Belém. Embora ninguém mo tivesse dito, a verdade é que estive, de fato, detido como soube finalmente.

Quando cheguei lá eram duas horas da manhã. A verdade é que ninguém me disse nada. O ambiente era de cortar a faca. Uma tensão extraordinária. Entrei otimamente, como sempre. Atirei umas graças para o ar. Ninguém se riu. Os que se riram foi com um riso amarelado. Estava convencido que tinha sido chamado para lá para resolver o problema que eu já estava a tentar resolver no COPCON por minha iniciativa, e que era o das barricadas. Começara a receber chamadas insistentes de muita gente falando-me das barricadas. Pensei para mim: lá está o Povo a tomar a iniciativa, em vez de lá estarmos nós. Éramos nós, forças militares, que lá devíamos estar e lá está o nosso bom Povo a tomar atitudes. Pensei imediatamente em formar forças militares ou militarizadas que accorressem a esses locais. Pediu-se imediatamente à Polícia que fosse à Calçada do Carriche, mas a Polícia veio depois dizer que não conseguia fazer nada e teve de sair de lá. Decidi que devíamos então ir para os controles e remontar todo aquele projeto, já feito, e que tinha ido para o caixote do lixo: fazermos uma operação "stop". Nessa altura fui chamado a Belém. (...)

Lá dentro achei gente demasiada. Estava toda a gente dos gabinetes militar e civil do nosso general Spínola, estava praticamente toda a gente do gabinete do nosso general Costa Gomes, estavam os elementos fundamentais do gabinete do nosso general Silvério Marques, estavam todos os elementos da Junta de Salvação Nacional e, posteriormente, depois de eu ter aguardado algum tempo, quando entrei na Sala dos Conselhos, estava lá, também, o brigadeiro Vasco Gonçalves, profundamente abatido. O ambiente era de grande tensão. Os rostos de todos os elementos da Junta de Salvação Nacional estavam extremamente alterados. Toda a gente de sobranceira erguida e de cara fechada. Perguntei ao nosso general a razão por que me tinha chamado. Ele, que estava também, profundamente alterado, disse que era para me avisar que as forças militares passavam a ser comandadas pelo nosso general Costa Gomes. Respondi que sim senhor, mas que isso não alterava nada por que o nosso general Costa Gomes é que era Comandante do COPCON (...)

Telefoni ao COPCON, dei os números de telefone que podiam ser utilizados na Presidência e disse-lhes que o nosso general Costa Gomes passava a assumir diretamente o comando das operações, e não por meu intermédio. Portanto, tudo o que houvesse de informações passava a ser canalizado para a Presidência.

A. V. — Como reagiram os elementos do COPCON em presença de tal situação?

O. S. C. — Já começaram logo as desconfiças do COPCON. Porque é que havia de repente esta alteração? Logo a seguir o nosso general Spínola é informado de que o Rádio Clube Português estava a fazer uma convocação para as barricadas. Isso alarmou-o. Mandou cortar imediatamente as emissões do R.C.P. e da R.R. e ordenou que dis-



sessem à Emissora Nacional que passava apenas a emitir comunicados emanados da Presidência da República. Deu também ordem para que os jornais de sábado não saíssem. Isso ouvi porque estava mesmo ao lado dele. Perguntou-me se as emissoras estavam protegidas. Informei que desde a tarde de sexta-feira tinha forças militares a proteger as emissoras e a RTP. Mandou então substituir as forças militares por forças militarizadas. Foi portanto a terceira prova de desconfiança. A segunda tinha sido quando me havia retirado o comando das forças militares. Nessa altura não me interessava absolutamente nada entrar num confronto aberto com o nosso general. Telefoni para o COPCON e informei que as forças militares que tínhamos nas emissoras iam ser todas substituídas por Polícia e G.N.R. Começou portanto a aumentar largamente a desconfiança do COPCON em relação à minha situação, porque a ordem parecia absolutamente extemporânea. Porque é que de repente as forças militares eram substituídas por forças militarizadas? Mas não me interessava entrar em qualquer confronto e submeti-me às ordens que estavam a ser dadas. A minha grande preocupação era a ação de detenção de todos aqueles elementos que já tínhamos detectado, ligados a uma provável intenciona, e de outros elementos ligados à Legião Portuguesa cuja detenção já estava a ser planeada há uma semana. (...)

Começaram a telefonar-me da Marinha, da Aeronáutica, recebi os telefonemas mais variados de todos os pontos do País a perguntarem-me qual era a minha situação. Eu não falava com o à-vontade com que devia falar porque nessa altura sentia-me vigiado. Embora fossem camaradas meus, e amigos, a verdade é que via que me estavam realmente a vigiar. A certa altura esse estado de insatisfação passou a um estado de excitação muito grande e eu estava a ver que aquilo degenerava num descontrolo muito grande por parte das unidades. Deixavam de obedecer ao COPCON porque eu não estava lá, e então corriam a Belém para me retirarem de uma possível situação de coação ou de detenção. Nessa altura fui ter com o nosso general Costa Gomes e disse-lhe que ia avançar para o COPCON, pois não podia ficar ali porque tinha a operação das 5.30 e, como estava a ver uma excitação muito grande no pessoal, ia avançar para lá. O nosso general não pôs qualquer entrave. Ele também estava um bocado fora daquilo tudo porque tinha lá chegado também poucos minutos antes de mim. Pediu apenas para lhe mandar um oficial para seu ajudante. Quando eu pretendia sair fui entravado, na antecâmara, por um elemento da Presidência que me disse que era eu que estava a manter o equilíbrio entre o general Spínola e o general Costa Gomes, que estavam com opiniões diferentes a respeito das barricadas. Que se eu saísse dali se rompia o equilíbrio, pois já tinha havido uma cena na Junta de Salvação Nacional.

Posteriormente soube que houve um problema entre os três generais que foram irradiados da Junta e o brigadeiro Vasco Gonçalves. Fiquei mais um bocado mas a verdade é que continuei a receber telefonemas extremamente alarmantes. As unidades estavam impacientes e plenamente conscientes, nessa altura, que eu me encontrava detido. Estava a ver que saíam mesmo para a rua. Fiz uma segunda tentativa para me vir embora mas fui outra vez travado na minha tentativa por um elemento não da Presidência mas também muito afeto ao nosso general Spínola, que me veio dizer para eu não me ofender, que mantivesse a calma, mas queria revelar-me uma coisa que ninguém tinha a coragem de dizer-me. Que eu teria sido chamado a Belém para ficar ali detido, pois o nosso general Spínola estava com um pavor tremendo que eu pegasse nas forças militares, fizesse o golpe e lhe retirasse o Poder e o "empalmasse". Foi até a expressão utilizada. Respondi que notara estar a ser extraordinariamente vigiado mas tal coisa nunca me passaria pela cabeça. (...)

A certa altura, a pressão dos telefonemas e a agitação em todas as unidades era de tal ordem que o nosso general acabou por dizer que eu tinha de ir para o COPCON, mas então ia o nosso general Spínola, o nosso general Costa Gomes e o nosso general Silvério Marques. Ia toda a gente comigo para que eu pudesse ir para o COPCON e de lá dirigir a tentativa de dissolução das barricadas. Posteriormente, quando já estávamos quase a sair — já nos encontrávamos nos carros — vieram chamar-me para ir outra vez ao nosso general. Ele tinha então desistido de ir para o COPCON. Não sei se teria receio que fosse preso por nós, mas disse que, pensando melhor, acabava por não ir. Porém, tínhamos que resolver ali um problema muito grave. As unidades não lhe obedeciam porque tinham sido feitos vários telefonemas da Presidência, não meus, a perguntar para várias unidades como estava o ambiente, e que passavam a só receber ordens da Presidência, mas elas recusaram-se. Disseram que não recebiam ordens de ninguém, só recebiam ordens minhas. Finalmente o nosso general convenceu-se que o Movimento não era uma coisa que ele dominasse, que era uma coisa demasiado grande. (...)

O nosso general, quando se convenceu disso, pediu-me para eu telefonar ao COPCON para garantir que não estava detido, que estávamos todos a colaborar. (...)

Telefoni, o nosso general Spínola telefonou também, disse uma palavra ao telefone ao meu chefe do Estado-Maior, o nosso general Costa Gomes também falou e depois falei eu, para eles saberem que não havia problema nenhum e que dentro de cinco minutos ia para lá. Acabei portanto por ir eu para o COPCON acompanhado pelo tenente-coronel Firmino Miguel, pelo chefe de gabinete do nosso general Costa Gomes, pelo chefe de gabinete do tenente-coronel Firmino Miguel, que foram praticamente com a missão de controlar a minha atividade no COPCON. Os nossos generais Spínola e Costa Gomes ficaram no Palácio de Belém. Mandei outra vez substituir as forças militarizadas por forças militares e pronto. Isto é a provada que o Movimento é uma força. (...)

Tinha uma total confiança naquilo que estava a fazer. Primeiro, sabia que não estava realmente a lutar contra o general Spínola. A minha intenção nunca foi essa e nunca me passou sequer pela cabeça ir contra ele ou fazer qualquer golpe de Estado para lhe retirar o Poder. Ele é que se convenceu disso. (...)

A. V. — O que pensa da colaboração das forças democráticas com o M.F.A. durante esta crise e o que pensa dessa colaboração no futuro?

O. S. C. — A vigilância é realmente indispensável a todos os níveis mas temos que considerar que estamos num país em que existem forças da ordem. E essas forças militares e militarizadas, têm por dever, salvaguardar as pessoas e os bens e impor a ordem. (...)

O caso das barricadas populares que se verificou em 28 de Setembro fugiu

completamente ao controle das forças da ordem. Aliás, o que foi, quanto a mim, mau em muitos aspectos e bom noutros. Mau, porque não houve uma antecipação das forças da ordem para se resolver o problema que se previa, que era a vinda a Lisboa, para a manifestação, de elementos que possivelmente viriam armados e preparados para um confronto numa batalha campal a realizar na Praça do Império. Nós, no COPCON fizemos esta previsão, inclusivamente preparámos, em colaboração com oficiais da G.N.R. e da P.S.P. uma operação "stop" mostra em todas as entradas possíveis de Lisboa. Na Praça do Império dispunhamos de forças de intervenção da G.N.R., da P.S.P. e forças militares e, inclusivamente, de helicópteros que no Aeródromo Base 1 estavam preparados para intervir. Simplesmente, a operação "stop" que já tínhamos planeado, e que estava preparada — era só "carregar no botão" — não foi autorizada superiormente. Quando deixámos de pensar nela, na noite de sexta-feira, fui alertado no COPCON pelo aparecimento de barricadas formadas por populares, precisamente com a missão que caberia às forças da ordem. Portanto, o que eu achei mau foi a não antecipação das forças da ordem naquela função que, ao fim e ao cabo, os populares acabaram por fazer, e depois realmente se verificou ter sido útil. (...)

(...) A verdade é que, se houve brigadas populares que se comportaram muito delicadamente, mas exerceram uma função que está mal, porque populares não podem vigiar populares e é às forças da ordem que cabe essa missão — houve outras, em alguns locais, que se excederam, se excitaram demasiado e foram indelicadas para com as pessoas, para oficiais, homens até do Movimento das Forças Armadas, que se identificaram imediatamente e foram humilhados em público por essas forças populares. Tudo isso gerou um clima de descontentamento grande por parte de muitos camaradas meus, por parte de muita gente bem intencionada. Entrou-se num clima de excitação muito grande de "caça às bruxas", por parte das forças populares. As pessoas não podem efetuar buscas nem prisões. Podem é denunciar às forças da ordem que neste ou naquele local pode existir armamento. Foi neste sentido que eu, através do COPCON, fiz um comunicado tendente a evitar que casos desses se repitam. Não é admissível que as forças populares — aquilo que o nosso general Spínola quando eu cheguei a Belém chamava de milícias populares — venham a sobrepor-se a uma ação que compete às forças da ordem (...)

(...) Nós, Forças Armadas, temos de estar sempre vigilantes e prontos a atuar em qualquer situação, antecipando-nos, portanto, como era o caso, embora eu reconheça e tenha agradecido e continue a agradecer o apoio extraordinário que essas brigadas populares vieram dar.

A. V. — Através de uma agência noticiosa chegaram até nós extratos de uma entrevista concedida pelo sr. brigadeiro Saraiva de Carvalho a uma revista alemã. Um dos fatos diz respeito à força eleitoral do P.C. Teriam sido corretamente interpretadas as suas palavras?

O. S. C. — Não fiz qualquer previsão nem tenho quaisquer dados que me permitam efetuar previsões do género das mencionadas. Na realidade, o que eu disse na conversa informal que tive com o jornalista foi que, em relação ao perigo avassalador do comunismo em Portugal, que estrondela por aí por toda a Europa, e mesmo no País, eu supunha que não havia tão grande perigo como se fazia pretender, por parte do Partido Comunista, dado que já tinha lido algures e tinha conhecimento de que, feita uma sondagem ou inquérito, por parte de uma entidade qualquer que nem posso precisar qual foi, o Partido Comunista não obteria mais do que 15 a 20 por cento dos votos nas próximas eleições para a Assembleia Constituinte.

Não disse que o P.C. não é suficientemente forte, para iniciar uma luta aberta. Afirmei apenas que é um partido bem organizado e bem estruturado mas que,



minha opinião, não estará atualmente em início de uma luta aberta pelo poder.

Os interesses legítimos das pessoas, a propriedade, os seus bens, de modo que não são ameaçados. Porque julgo que a democracia — e nós não estamos numa democracia, estamos a viver num estado parademocrático — estou convencido que, quer nesta situação quer na atingida a democracia, a salvação das pessoas e dos bens será mais uma vez nunca uma realidade. O que está em causa realmente é a possível perda de privilégios por parte de uma classe que, em 25 de Abril, era privilegiada, e de alta finança. Classe esta que, apesar de perfeitamente, não está disposta a perder, de repente, esses privilégios.

Acho que poderão vir a ser nacionalizadas as grandes empresas ou os negócios que demonstrem claramente não serem de modo nenhum interessados no progresso da instauração das liberdades democráticas e contrariem, até, todo o progresso. Neste momento, tudo o que seja contrário a ação em que estamos empenhados, de tentativa de instauração das liberdades democráticas, e que queremos levar a bom termo, todas essas empresas poderão vir a ser nacionalizadas. É a minha opinião pessoal. Todos os grandes capitalistas que queiram realmente trabalhar e fazer investimento de capitais para o progresso do País a que pertencem, e em que desenvolvem as suas atividades, devem ser apoiados e acarinhados para que, com o seu capital, façam progredir o País e lutem também para que haja um progresso económico de que carecemos. Portanto, a meu ver, só haverá uma nacionalização desde que haja uma contrária a toda aquela que nós queremos a pretender realizar.

Estou convencido que se cheguemos a tirar conclusões que nos permitam dizer então, e só nessa altura afirmamos que haveria capitais investidos em Portugal, essa tomada de posições da reação extrema-direita. Aliás, tenho notícias de que não são informações, são notícias — que haveria elementos ligados ao grande capital que estariam realmente a financiar atividades de extrema-direita: virar ao estrangeiro, provável financiamento de armamento, elaboração de cartões dispendiosos, colagem maciça de cartazes a troco de pagamento, aluguer em massa de camionetas que foi feito em todo o País, que já chegava a Lisboa para transportarem para Lisboa manifestantes para a manifestação da "maioria silenciosa" do dia 28, aluguel de aviões privados que quotidianamente fizeram um movimento maciço dos cartazes da "maioria silenciosa, de Norte a Sul do País. Isto custa muito dinheiro e não é qualquer pessoa que pode desenvolver esta atividade dessas, inclusive quando se trata de uma tourada no Campo Pequeno houve elementos ligados ao grande capital que compraram centenas de contos de bilhetes que depois ofereceram gratuitamente a pessoas, para se deslocarem à tourada e participarem naquela fantochada da manifestação da "maioria silenciosa".

Os grandes capitalistas que estão interessados no progresso real e que querem uma abertura, na sua inteligência concluem que é tempo de pararem de ter todo o privilégio económico e que queiram honestamente contribuir para o progresso do País têm no M.F.A. um aliado e um colaborador leal. Todos aqueles que tratam completamente os seus investimentos, que se prove não estejam interessados no real progresso do País, quanto a isso só há uma solução: nacionalizar as suas empresas e, se até tivermos que chegar a esse extremo, expulsá-los ou enviá-los para o exílio. Para mim são considerados inimigos do povo português.

A partir do momento em que o M.F.A. luta pela instauração da democracia no nosso País — e foi uma das finalidades que pretendeu atingir com o 25 de Abril — o M.F.A. passa a ter como seus aliados os partidos que estão interessados em que essa democracia se torne uma realidade. E sem dúvida alguma que esses partidos são os partidos que vão da esquerda ao centro. Portanto, posso considerar o Partido Socialista, o Partido Comunista e o P.P.D. na medida em que se afirma como centro-esquerda, etc., como aliados. Os nossos inimigos, portanto o inimigo real para o M.F.A., neste momento, são os partidos de extrema-direita.

A. V. — Como se processou o negócio da compra de armas a um oficial?

O. S. C. — Houve alguém que denunciou aos nossos órgãos de informação militar que teria sido contratado por uma pessoa que lhe tinha pedido insistentemente para arranjar para a noite de sexta-feira, 100 armas automáticas e 500 mil cartuchos. O nosso informador foi ter imediatamente conosco, avisou-nos do que se passava. O nosso contato militar, o nosso camarada, contactou imediatamente com quem achou que devia contactar, e eu fui um deles. Rapidamente chegamos à conclusão que havia ali a preparação de qualquer coisa que não interessava absolutamente nada. Montamos rapidamente uma máquina tendente a concluir quem seriam as pessoas implicadas na transação de armas. O nosso camarada imediatamente se arrourou como vendedor de armas. Foi ao contato, estipulou o negócio, prometeu que arranjava as armas e os cartuchos. As armas e os cartuchos arranjaram-se realmente mas não chegaram a ser utilizados. Preparou-se a transação. Quando cerca das 4 da tarde estava a tratar da venda e só faltava portanto entregar as armas, que ao fim e ao cabo ainda não existiam, nessa altura houve qualquer coisa que fez alertar os dois — o nosso camarada e o intermediário — e que os obrigou a despedirem-se apressadamente para se encontrarem noutra localidade.

Isso que os fez sair do local onde se encontravam foi o aparecimento súbito de uma força de fuzileiros fardada, armada e equipada, que fez espantar a caça. Depois disso despediram-se, e o intermediário na compra do armamento, já tinha garantido ao nosso camarada que não havia problema nenhum no que respeitava a segurança. Que estavam perfeitamente à vontade. Todos os elementos que vigiavam a localidade eram elementos dele e estavam a montar a segurança para que tudo se processasse à vontade, pois já teriam 40 mil armas depositadas e ele pessoalmente já tinha tratado daquela transação vezes sem conta naquela localidade. Confirmou que precisavam para essa noite de 100 armas automáticas e que estavam cobertos ao mais alto nível. Com o aparecimento da força de fuzileiros despediram-se rapidamente e o intermediário disse ao nosso camarada que ia deslocar-se para o apartamento 12B do edifício Castil. A partir daí separaram-se rapidamente, eu fui informado disso e imediatamente enviamos equipas para o apartamento 12B do edifício Castil, que, quando vistoriado, se concluiu ser um dos locais em que atuava o Partido Liberal. Na recolha de documentação feita obteve-se logo uma série de listas de nomes de elementos que já tinham uma determinada distribuição de armamento e de munições. Não sabemos se essas armas já estavam distribuídas ou seria uma distribuição futura. Estamos portanto agora a fazer uma análise documental e através dos interrogatórios tentar obter mais elementos que nos permitam descobrir a rede toda e chegar até à cúpula.

Ao fazermos o saneamento temos que pensar que há uma situação de reserva compulsiva de camaradas, que muitos deles não têm ainda, não preenchem as condições legais para a passagem à reserva. A verdade é que eles passando à reserva e não tendo essas condições legais ficam sem qualquer pensão. Estamos portanto a estudar a forma que nos permita fazer essa passagem à reserva, portanto efetivar o saneamento mais salvaguardando os interesses económicos ou a subsistência económica dos nossos camaradas saneados. Porque é inadmissível que um camarada ao longo de alguns anos de serviço, com comissões no ultramar, tendo dado uma parte do seu esforço em prol de qualquer coisa por que lutou, de repente se veja remetido a uma situação em que fica sem qualquer proteção económica para a sua família. Vamos resolver esse assunto rapidamente para efetivar o saneamento.

Posso aproveitar para dizer que no âmbito do saneamento há uma coisa que interessava destrinçar: é que nós, nas F.A., fizemos o saneamento não só a elementos considerados reacionários mas também a elementos que ao longo da sua vida militar, desde cadetes, tenham perdido prestígio nas F.A. ou por falta de honestidade ou por falta de competência profissional e quaisquer outros motivos que não sejam só o fato de terem um espírito ultraconservador, portanto um espírito que não se adapte à nova ordem que pretendemos estabelecer — ("Diário de Lisboa", 11.10.1974).

## A morte de Ferreira de Castro



Um homem honesto, vertical e digno, desapareceu nesta hora de jubilo nacional. Um escritor "comprometido" com os interesses dos homens seus irmãos, nas páginas dos seus livros defensor intemorato dos direitos dos trabalhadores do seu país, definitivamente silenciou no momento preciso em que os seus camaradas de uma luta de longos anos finalmente ganharam voz.

Morreu Ferreira de Castro. O seu espírito, esse permanecerá para sempre, como património dos portugueses, nas páginas dos seus romances e novelas, nas cojunças das suas crónicas; assim como a sua imagem ficará bem viva na memória dos seus amigos, daqueles que tiveram o privilégio de com ele partilhar, no decurso dos anos, revoltas e esperanças, indignações e certezas.

Foi em 28 de Abril, três dias depois do Movimento que libertou o povo do seu e meu país, que pela última vez ouvi, e através do telefone, a voz de Ferreira de Castro. Eu saíra em 26 de Abril das masmorras da Pide, em Caxias, onde permanecera durante os nove dias finais do Império fascista, e o querido amigo não desconhecera o fato, não descurara o que considerava um dever de amizade e camaradagem; ali estava solitário como sempre e fraternal, a felicitar-me pela libertação triunfal, a felicitar os oprimidos das vésperas, a felicitar-se a si próprio.

E o grande homem que era — não só à medida do pequeno país que lhe serviu de berço como do mundo vasto que percorreu solitário para melhor o amar e compreender — tinha, nessa hora, lágrimas úmidas na voz enquanto confidenciava: "Já temia não assistir aos dias gloriosos que vivemos... Agora posso morrer feliz!"

Morreu. Bem pouco usufruiu as liberdades conquistadas. Nós todos, os que o amamos e os que só o conhecemos pelo empenhamento de lutador evidenciado em toda a sua obra, temos agora o dever de lhe honrar a memória, continuando o combate para a construção da sociedade de harmonia e paz com que sempre sonhou.

Morreu um homem simples, que sempre conhecemos simples. Não queremos exaltar as suas glórias literárias, nem tão pouco realçar o prestígio de que gozava no mundo. Não cabem, nestas colunas, por devidamente divulgadas, as descrições de numerosas homenagens que em vida e na morte lhe foram com justiça prestadas. Não vamos transcrever as palavras comovidas dos amigos nem enumerar as personalidades ilustres

que quiseram acompanhá-lo na última velada. Vamos, apenas, contar uma história simples de um homem simples, história de que muito poucos terão tido conhecimento, e que nos parece amplamente reveladora do caráter de um homem, da sua singularidade e humildade.

Estávamos em 1959 e viviam-se as horas que antecederam a campanha eleitoral, que seria depois a mais movimentada de quantas se realizaram no pesadelo fascista de que recentemente despertámos. Numa reunião na "Seara", à r. Barata Salgueiro, face à renúncia à candidatura democrática apresentada em última hora pelo eng.º Cunha Leal, logo um nome surgiu, honrado e prestigioso, capaz de congregar os portugueses de diversas tendências que se opunham ao regime corrupto e opressor: Ferreira de Castro. Foi decidido, então, constituir delegação que o procurasse e lhe desse conta da decisão unânime. Lá fomos — o poeta Arlindo Rodrigues, o eng.º Mirão e eu — procurá-lo à Veneza, ali na Avenida da Liberdade, onde na mesa habitual o encontramos com alguns dos seus amigos de tertúlia, entre os quais Assis Esperança, o companheiro dileto de horas boas e más. Dissemos-lhe ao que íamos. Houve espanto nos seus olhos limpos e serenos, primeiro; e logo o seu rosto, que sempre conservaria aquela pureza de camponês que jamais renega a ascendência, se abriu num sorriso leal e franco: "Que idéia a vossa, amigos!..." — Teria dito. E concluiu: "Presidente da República! Eu que nunca desejei, sequer, ser regedor de freguesia..."

E nada o demoveu de seu propósito. Não se via candidato a tão elevado cargo, e, que por direito próprio e ao preço de quantas dores, se alcandorara a lugar bem mais distinto. Mas falou-nos e conosco discutiu a situação, apontou-nos o nome daquele que reputava reunir as condições precisas e que viria realmente a provar, depois, encontrar-se à altura do momento político — o dr. Arlindo Vicente.

Foi este o Homem que morreu. Autor consagrado no mundo inteiro, lídimo representante do povo a que pertencia, lutador tenaz e companheiro solidário de todas as horas de humilhação.

Morreu Ferreira de Castro, mas a nosso lado o teremos sempre nos caminhos abertos ao nosso futuro — o futuro de Portugal, o futuro do povo português.

O. G.  
(Do jornal "Notícias da Amadora" de julho/74)



## Um futuro promissor para a economia portuguesa

A economia portuguesa foi analisada pelo jornalista suíço Emmanuel Balaceano, da "Tribune de Genève" num estudo agora reproduzido pelo Boletim da E.F.T.A. e cujo título resume a opinião do articulista, após se debruçar sobre as nossas realidades económicas: "Perspectivas difíceis a curto prazo e favoráveis a mais longo prazo".

Na sua análise, Balaceano começa por afirmar:

"Poucas vezes a economia e a política terão estado tão estreitamente ligadas como no Portugal de hoje. A difícil situação económica com que se debate o país é uma das preocupações essenciais do novo regime. As probabilidades de restabelecer em Portugal uma verdadeira democracia dependem em larga medida da forma como será conjurado o agravamento da crise económica."

E prosseguiu:

"O golpe de Estado de 25 de Abril surgiu num país onde a inflação era alarmante, num país sob muitos aspectos subdesenvolvido, a braços com problemas estruturais difíceis.

Com um rendimento "per capita" de 1230 dólares por ano, Portugal é — atrás da Espanha mas à frente da Grécia e da Turquia — um dos países mais pobres da Europa Ocidental. Com os seus palácios, os seus edifícios modernos e a sua frota de automóveis, Lisboa dá uma ilusão de prosperidade. A riqueza nacional está ainda muito mal repartida e o contraste entre a riqueza e a miséria, as cidades e os campos, é pitoresco, mas muitas vezes chocante."

O jornalista suíço referiu-se depois à arcaica agricultura portuguesa, "que não satisfaz as necessidades do país", e afirmou que "com a subida ao poder do dr. Caetano prevaleceu um clima um pouco mais aberto durante quatro anos", com rápido desenvolvimento da indústria, embora continuassem a existir muitas empresas marginais. "O crescimento industrial — acrescentou — permitiu a Portugal atingir um crescimento real de 7,2 por cento no ano passado, ou seja nitidamente mais do que a média da O.C.D.E., e alcançar um produto nacional bruto de 263,8 bilhões escudos.

Mas Portugal é o único país europeu cuja população diminuiu nos últimos dez anos. Conta 3,7 milhões de habitantes, mas 1,6 milhões de portugueses trabalham no estrangeiro."

O problema colonial foi então focado, por Balaceano, assim como o "déficit" da balança comercial, e afirmou que, "graças ao turismo e sobretudo ao dinheiro que os emigrantes enviam para o país, a balança de pagamentos teve em 1973 um excedente de 1,7 bilhões de francos suíços e o escudo é sólido".

No capítulo seguinte da sua análise da economia portuguesa o jornalista da "Tribune de Genève" ocupou-se, em seguida, da inflação, que se agravou a partir de 1973, atingindo vários valores extremamente altos nos primeiros quatro meses de 1974, e das suas causas, internacionais e portuguesas, definindo o contexto em que a revolução estalou, "trazendo consigo uma vaga de reivindicações, de greves e de contestações, que atingiram o seu clímax no fim do mês de Maio e que agora parece abrandar. Na maior parte dos casos, o patronato, tomado de pânico, cedeu, concedendo aumentos salariais que atingiram, em regra, 25 a 30 por cento no setor privado".

### OS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS CONTINUAM A SER BEM RECEBIDOS

Refere, então, o saneamento e a gerência democrática das empresas, a criação do salário mínimo nacional,

a dureza das greves nas organizações estrangeiras, o sindicalismo e a criação da Confederação da Indústria, passando a analisar a incerteza política e a baixa dos investimentos, citando a afirmação do prof. Alfredo de Sousa de que "se o Governo não toma medidas urgentes teremos este ano uma inflação da ordem dos 50 por cento e um "déficit" na balança de pagamento de um bilhão de dólares".

Balaceano afirma, depois, que: "Os investimentos estrangeiros são à mesma bem recebidos. Continuam a beneficiar de condições e garantias tão favoráveis como anteriormente, sublinha o ministro das Finanças, Silva Lopes, que foi quem, em 1973, assinou o tratado de livre troca com o Mercado Comum, "mas Portugal tem menos necessidade de capital que de "know-how" e de organizações estrangeiras. Por ora, o capital estrangeiro aguarda.

A baixa dos investimentos, os licenciamentos de pessoal, a chegada de repatriados de África (50 mil até Outubro, era a previsão do prof. Alfredo de Sousa) e a desmobilização de uma parte do Exército agravaram o desemprego a partir do Outono".

Algumas medidas a tomar são também apontadas, com a citação do que foi preconizado pelo prof. Alfredo de Sousa, pelo dr. João Salgueiro e ainda pelo atual ministro das Finanças. Balaceano prossegue o seu estudo citando que "são as relações económicas com o estrangeiro que inspiram, de momento, menos inquietação" e afirmando: "Até 4 de Junho, tais reservas tinham baixado 6,6 bilhões de escudos, em parte devido ao "déficit" comercial e em parte em virtude de um êxodo limitado de capitais avaliado em 3 bilhões de escudos, êxodo esse estancado no 25 de Abril através do "contrôle" dos câmbios exercido com todo o zelo pelos empregados bancários.

Uma das primeiras medidas do novo Governo consistiu também no "contrôle" das importações e das exportações e na restrição de algumas importações, ditas de luxo".

E mais adiante: "Em Maio, as remessas dos emigrantes desceram de cerca de 20 por cento do normal, em virtude da incerteza política e da reavaliação do escudo em relação ao franco francês. Assiste-se já a uma recuperação neste domínio e as remessas dos emigrantes não devem tardar a tornar-se normais, crê-se em Lisboa. Não há, pois, razão, de momento, para desvalorizar o escudo".

### FUTURO PROMISSOR

O jornalista da "Tribune de Genève" conclui o seu estudo sobre a economia portuguesa frisando: "Se a curto prazo se é tentado a ser pessimista, a médio e a longo prazo não se pode deixar de ser otimista. A equipe económica do Governo é considerada particularmente competente, os partidos de esquerda são "realistas" e agem no sentido do restabelecimento da ordem social e económica. O novo regime poderá instaurar um clima mais favorável à atividade económica e reduzir a corrupção. Enfim, abrir-se-ão novos mercados a Portugal — África, Europa de Leste e países árabes — que se encontravam fechados por razões políticas.

A descolonização — e, segundo João Salgueiro, as colónias dão mais despesa do que lucro a Portugal — pode aliviar os encargos que pesam sobre o orçamento.

Portugal poderá, assim, aproximar-se do Mercado Comum, como este o incita.

Mas este futuro promissor só será possível após o restabelecimento da confiança na economia portuguesa".

## Macau aquele caso único

Num discurso que, antes de seguir para Hong-Kong, proferiu, no Auditório Diocesano desta cidade, o dr. Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, declarou:

"Macau não é apenas uma bela cidade, onde marcaram encontro o Ocidente e o Oriente, a cultura latina e a filosofia oriental. Não é só — embora também — um exemplo de coexistência pacífica e integração, num tipo humano diferenciado das virtualidades de dois grandes povos. É, sobretudo, tema de meditação antecipado desse mundo que se divisa na bruma do futuro.

"Aqui aprende-se que só a intolerância separa os homens. Que, por mais geográfica ou etnicamente antipodas, podem afogar em fraterna comunhão as suas diferenças. Podem amar-se e ter filhos comuns. Podem cruzar filosofias em lugar de terçar armas. Podem construir sobre o mundo das pátrias, a grande pátria da Humanidade.

Se me pedissem uma prova de que a grande China é uma nação tolerante, eu apontaria Macau. E de novo a apontaria se precisasse de comprovar que Portugal é, por excelência, uma Nação convivente.

Foi dito que Macau é e será sempre aquele caso único, que com nenhum outro se confunde. Dela se há-de falar, em singelos termos de presença.

Mais adiante: "Ensina-nos a sabedoria das nações que não deve mexer-se no que está bem. Seria, por isso, insensato pensar-se em reformas estruturais a propósito do esquema de convívio que séculos consagraram.

Macau é uma peça rara de joalheria política. Dela se orgulham os portugueses e eu não iria longe de pensar que com igual sentimento a encara a República Popular da China. Os que a não compreendem como fenómeno, procuram encontrar para ela explicações mercantilistas nem sempre ilsonjeiras. Como se enganam!

Enquanto outros guerreavam, em busca de ganhos, os portugueses cada vez mais confraternizavam em justificação da sua presença. Enquanto, na Europa, as religiões se confrontavam em São Bartolomeus de intolerância, Macau era exemplo de coexistência harmoniosa de deuses e credos. Enquanto por toda a parte, os fortes banlam os fracos, Macau, um "polegarzinho" chamado Portugal, era benquisto da que sempre foi grande e viria a ser a maior das nações.

Em semelhante prodígio de estratificação político-social não se toca sem risco de profanação. Por isso, a propósito de descolonização, só aqui há-de falar-se no domínio da "praxis" administrativa, onde cinquenta anos de rígida intolerância necessariamente deixaram marcas de sacrilégio. Há sim, muito haverá que retocar até à completa restauração e atualização da traça original.

Quis, por fortuna dos portugueses, que em Portugal se viesse a instaurar um regime político — agora em vias de institucionalização — mais aberto à compreensão dos novos valores da grande China. Pronto está assim o espírito para novas formas de aproximação e entendimento. O que era um encontro pode, cada vez mais, ser um abraço. Macau encontra-se agora, talvez mais do que nunca, a um tempo em justificada face ao passado e em razão ao futuro".

Extraído do Jornal "O Século"

## Nova unidade Amoníaco que será das maiores do mundo

O Amoníaco Português e a Sociedade Portuguesa de Petroquímica vão instalar em Sines uma unidade produtora de amoníaco com capacidade para 1500 toneladas diárias, acompanhada de uma fábrica de ureia para mil toneladas/dia — unidade que será uma das maiores do mundo e que permitirá aproveitar parte dos excedentes gerados pelas expansões em curso da capacidade portuguesa de refinação de petróleos, quer no Porto quer em Sines.

Com efeito, através de despachos assinados em 28 de Setembro e 4 do corrente, o secretário de Estado da Indústria e Energia deu novo e significativo impulso ao desenvolvimento industrial do País, autorizando e orientando a realização de investimentos no valor de cerca de cinco milhões de contos, que permitirão assentar, em bases sólidas, o crescimento do setor de adubos.

As novas unidades a instalar virão possibilitar não só o abastecimento à agricultura nacional, e nas melhores condições, de todas as gamas de adubos, como, também, um significativo ganho de divisas, através de um grande incremento das exportações, em termos de competitividade assegurada em relação aos países mais evoluídos.

Os despachos dizem respeito, fundamentalmente, à criação do complexo adubeiro de Sines, em cujo desenvolvimento o setor público terá papel fundamental, e que ficará constituindo a base da indústria adubeira, bem como à ampliação de unidades já existentes em Alverca e no Lavradio, completando os respectivos esquemas de fabricação.

### Outras importantes instalações

Além da referida unidade produtora de amoníaco, também o Amoníaco Português, desta vez acompanhado por Nitratos de Portugal, irá desenvolver, igualmente na área de Sines a produção de 1250 toneladas/dia de ácido sulfúrico, bem como novas instalações para ácido fosfórico, fosfato mono-amónio e adubos compostos, de diversas formulações.

O complexo adubeiro de Sines será completado por unidades de ácido sulfúrico de idêntica capacidade, de ácido fosfórico de fosfato mono-amónio a construir pela CUP.

Finalmente foi autorizada a expansão das produções de ácido nítrico e adubos fluidos em Alverca, por Nitratos de Portugal, e de nitratos de amónio, no Lavradio, pela União Fabril do Azoto.

As novas unidades de ácido sulfúrico constituirão o primeiro elo de um grande complexo integrado de transformação de pirites que unirá Aljustrel a Sines e que permitirá, a curto prazo, que a exploração mineira venha a atingir valores que se aproximem dos dois milhões de toneladas com o integral aproveitamento dos diversos elementos que compõem as pirites nacionais: cobre, zinco, enxofre, ferro e chumbo.

### Empresa produtora de dimensão europeia

O despacho de 4 de Outubro anuncia, também, que em cumprimento do programa de trabalhos da Secretaria de Estado da Indústria e Energia, se realizará, em breve, a fusão do Amoníaco Português com a Sociedade Portuguesa de Petroquímica e os Nitratos de Portugal, dando origem a uma empresa produtora de dimensões europeia, em que o setor público detém maioria do capital social e que poderá constituir valioso instrumento de atuação do Estado no desenvolvimento da indústria química e, especialmente, da produção adubeira.

Dá-se assim execução ao princípio de, no setor específico dos adubos, distinguir claramente a intervenção dos setores público e privado. As empresas do setor privado vêem assegurada uma participação importante neste domínio industrial, a par de uma empresa de vocação pública, suficientemente forte e atuante para definir e clarificar a linha de desenvolvimento do setor.



# Portugal: o momento das interrogações

No fim de setembro, Portugal voltou a viver dias dramáticos. Em consequência da crise, mais de duzentas prisões foram efetuadas nos primeiros dez dias pelas Forças Armadas: banqueiros e homens de negócios deixaram o país às pressas e muita gente passou a temer pela realização das próximas eleições. Com a renúncia de general Spínola, a oposição ao MFA — Movimento das Forças Armadas, liderado pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, se retraiu e praticamente silenciou. Das forças em confronto, só uma, portanto, chegou a caracterizar-se plenamente quanto à sua composição, seus projetos e sua forma de agir. Eis o relato de Miguel Urbano Rodrigues, correspondente de VISAO em Lisboa:

Toda Revolução tem crises, avança ou recua através de situações conflitivas que decidem seu rumo e destino. Em Portugal, a última atingiu o clímax na madrugada de 28 de setembro, quando o país esteve à beira de um confronto sangrento. Poucos conseguiram dormir nessa longa noite de esperança e angústia. Blindados ocuparam posições estratégicas em volta do Palácio da Presidência, em Lisboa, forças motorizadas movimentaram-se pelas ruas, a artilharia antiaérea do Copcon — Comando Operacional do Continente foi mobilizada, a Emissora Nacional passou repentinamente a transmitir música clássica, as demais rádios foram ocupadas e suspenderam seus programas, os jornais receberam instruções para não sair, as estradas foram cortadas por barragens montadas por manifestantes.

O pretexto da crise era conhecido, mas seu desfecho era uma incógnita. Nos dias anteriores, o tema dominante das conversas fora a manifestação da "maioria silenciosa", que a maior parte da imprensa e os principais partidos políticos classificaram desde o primeiro momento como sendo uma "minoridade sediciosa". Segundo os organizadores, a manifestação tinha por finalidade demonstrar o apoio do povo ao presidente da República e ao programa do Movimento das Forças Armadas. Mas a iniciativa foi recebida como um desafio à continuidade do processo democrático. Eram conhecidas em Portugal as insanáveis divergências que separavam o general António de Spínola dos jovens oficiais do MFA. O apoio simultâneo a personalidades e forças políticas em choque era, portanto, um simples artifício tático. Na realidade, tratava-se da primeira contra-ofensiva geral das forças ligadas ao antigo regime, derrotada a 25 de abril.

O general Spínola encorajou a idéia da manifestação antes mesmo que ela assumisse a forma de um desafio. "A maioria silenciosa do povo português", declarou a 10 de setembro, "terá, pois, de despertar e de se defender ativamente dos totalitarismos extremistas que se digladiam na sombra". Nas últimas semanas de agosto, os setores que se opõem aos rumos do MFA, sem esperar pelo sinal verde mudaram de tática e de linguagem. Lançaram primeiro uma campanha ideológica no interior. Pequenos jornais da província, a maioria dirigida por padres conservadores, começaram a pintar um quadro apocalíptico da situação. O país estaria prestes a mergulhar no caos e na bancarrota. Lamentava-se o desrespeito às leis salazaristas. Os camponeses eram advertidos contra o "perigo vermelho". Nas missas e em artigos inflamados, párocos de aldeia diziam aos camponeses que tomassem cuidado. O comunismo — imagem do anti-Cristo — articulava um plano diabólico. Textos do movimento chileno Pátria y Libertad eram traduzidos do espanhol para o português e impressos em folhetos que circulavam aos milhares pelo Norte do país. Depois, a campanha desceu para as cidades. Em Lisboa, surgiram jornais



que passaram a atacar frontalmente a democracia. Alguns foram suspensos, outros apenas multados. Um destes, O Bandarra (impressão de luxo), insultava a República da Guiné-Bissau, acusava o Governo de "entregar Moçambique a um partido comunista", injuriava o MFA, defendia o colonialismo. Nem o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira escapava de seus ataques. Para os redatores de O Bandarra — o "jornal do futuro", que teve curta vida — ele também é um comunista disfarçado.

Uma grande blitz de propaganda serviu de prólogo à abortada manifestação da "maioria silenciosa". Na madrugada do dia 19, munidos de baldes e broxas, grupos de ativistas saíram de automóveis e colaram milhares de cartazes nas paredes. Houve incidentes em Lisboa e em outras cidades. Os adeptos da "maioria silenciosa" exibiram armas, ameaçaram atirar, agrediram populares. Alguns acabaram a noite na prisão. Nos carros — de chapas frias — havia câmeras policiais, pistolas, cassetetes. Entretanto, os jornais negavam-se a publicar o anúncio da manifestação. Os organizadores recorreram, então, a um artifício: enviaram uma carta aos principais diários, lamentando que os diretores não apoiassem a iniciativa. Subscriviam-na sete conhecidas personalidades da extrema direita. Nos dias seguintes, milhares de folhetos foram lançados sobre o país de aviões que cruzaram Portugal de norte a sul e de leste a oeste. Choveram do céu reproduções do cartaz de convocação e papéis com palavras de ordem. Sempre invocando o nome do general Spínola e uma pretensa fidelidade ao programa do MFA. Simultaneamente, eram distribuídas passagens para a manifestação que seria realizada na Praça do Império. Centenas de ônibus eram alugados, milhares de pessoas recebiam dinheiro para se inscrever. Nas pequenas aldeias, quando alguém reagia, os agitadores passavam à agressão física, gritavam nas ruas "havemos de queimá-los vivos". No Minho, os apelos foram lidos do púlpito de várias igrejas. Muitas pessoas acreditaram que as Forças Armadas apoiavam tudo.

## RAZÕES DO MALOGRO

A manifestação, porém, morreu na casca do ovo. Antes que o MFA a proibisse, já tinha fracassado. Praticamente toda a imprensa diária a classificou como "subversiva". Os partidos políticos da coalizão governamental fizeram o mesmo, assim como o Movimento Democrático Português e o Intersindical.

A ação dos sindicatos foi decisiva. O dos motoristas aderiu logo ao boicote, esclarecendo que não colabora-

ria em "ações fascistas e reacionárias que pretendem pôr em causa os princípios democráticos do 25 de Abril". Outro golpe veio dos ferroviários. Seu sindicato denunciou a iniciativa como uma "fantoçada" promovida por "lobos a fingir de cordeiros". A rede ferroviária — decidiram — não transportaria um só manifestante. Respondendo aos apelos nesse sentido, dezenas de milhares de trabalhadores instalaram barragens nas estradas. Todas as rodovias de acesso a Lisboa foram bloqueadas por "pliques" de vigilância. Nem um só carro passou sem ser submetido a revista. No Porto houve incidentes quando a Guarda Republicana tentou desobstruir, sem êxito, as saídas da cidade. Em Coimbra, foram retiradas as velas dos motores dos veículos considerados "suspeitos". Mas, embora tivessem sido apreendidas centenas de armas, a gravidade da situação não era conhecida nas barragens. O destino do país estava sendo decidido nessas horas nevrálgicas, em outros lugares, pelas Forças Armadas. Mas a espontaneidade e o vulto da mobilização popular tiveram um peso determinante no desfecho.

Os setores golpistas cometeram um erro irremediável na avaliação das tendências emergentes nas Forças Armadas. Concederam excessiva importância aos pronunciamentos e atitudes de algumas altas patentes militares. Sabiam que contavam com a simpatia do general Spínola e de três outros membros da Junta de Salvação Nacional: os generais Jaime Silvério Marques, Galvão de Melo e Diogo Neto. E esperavam a adesão da poderosa força de helicópteros do continente (cerca de 350 a 400 aparelhos) e de unidades especiais de comando e pára-quedistas.

No dia 14 de agosto um documento que sugeria praticamente a dissolução do MFA circulou nos quartéis. A idéia malogrou. O general Diogo Neto, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, viu-se colocado em posição difícil quando tentou induzir os seus oficiais a assinar a circular. Teve de expulsar da sala alguns que se negaram a firmar sem ler e que pediram explicações sobre a origem do texto.

Manobras de cúpula de que o país não tomou conhecimento fracassaram na mesma altura. O general Spínola, então em férias no Buçaco, ameaçou renunciar quando pediu e não obteve poderes para proclamar o estado de sítio. Mas os direitistas sentiram-se novamente estimulados quando o general Silvério Marques, chefe do Estado-Maior do Exército, passando por cima do general Costa Gomes, ao tempo chefe do EMFA, proibiu a criação dos "grupos especiais de esclarecimento" formados por oficiais. Caberia a esses grupos levar a todas as unidades do país minu-

ciosa informação sobre a estrutura e os fins do MFA e os objetivos do seu programa.

## O RECUO DO GENERAL

Os acordos de Lusaka, abrindo caminho da independência em Moçambique, permitiram, entretanto, que a ultradireita obtivesse a adesão de forças conservadoras mais timidas, cujos interesses na África estavam ameaçados. A partir de 15 de setembro, os acontecimentos assumiram uma cadência mais rápida. Os grandes proprietários do Sul — onde há fazendas de 10 a 15 mil hectares —, agrupados na "Ala", tomaram uma atitude de desafio e decidiram promover uma marcha de tratores sobre Lisboa. Os campos do Alentejo, celeiro de Portugal, ofereciam um aspecto desolador: imensos trigais por ceifar, com as espigas mirradas pelo sol; terras cobertas de mato; a cortiça engrossando nos troncos dos sobreiros, sem ser retirada; incêndios por todo lado; gente sem trabalho e as tarefas preparatórias de apanha da azeltona e das sementeiras adiadas sem motivo. A sabotagem econômica atingia em cheio o vulnerável setor da agricultura.

Em Lisboa, o general Spínola aceitava na Sociedade Hípica, das mãos dos seus promotores, o famoso cartaz da "maioria silenciosa". No Campo Pequeno, uma tourada em benefício dos ex-combatentes foi o teste dos setores direitistas. Um cavaleiro, ligado a uma família enriquecida com o contrabando de armas para Biafra, arrastou uma bandeira vermelha pela arena e desfraldou o cartaz. Spínola compareceu, o que levou o primeiro-ministro Vasco Gonçalves a assistir também ao espetáculo. Mas o público dividiu-se quando um coro orquestrado começou a aplaudir o presidente, valendo o primeiro-ministro, muito aplaudido, por sua vez, pelos manifestantes que gritavam vivas ao MFA.

A ultra-esquerda funcionava alegremente como aliada inconsciente da ultra-direita. Tentava recomeçar a greve na TAP (1 milhão de dólares de prejuízos diários), apolava a ameaça de paralisação dos transportes rodoviários, estimulava as veleidades de greve no setor hoteleiro.

A manifestação do dia 28 e a marcha da "Ala" no dia seguinte deveriam ser as espoletas da contra-revolução.

No dia 27, na última reunião do Conselho de Ministros a que presidiu, o general Spínola falou durante uma hora e meia. Esboçou um panorama patético, sugeriu o afastamento dos partidos de esquerda, voltou a pedir a proclamação do estado de sítio como único meio de evitar o caos e a anarquia. Mas apenas recebeu o apoio de um ministro. Isolado, recuou, com a sua tradicional flexibilidade, mas não admitiu que a manifestação fosse proibida. Contava receber horas depois o apoio que o Governo Provisório lhe negava. E contava sobretudo com um apoio militar que não existia. A adesão dos comandantes de algumas unidades exprimia uma força fictícia, pois os escalões intermediários do Corpo de Oficiais hipotecavam solidariedade ao MFA.

## NOS BASTIDORES

O país ignorava — e ainda ignora parcialmente — o que se passava nos bastidores. Na noite de 27 para 28 as luzes não se apagaram no Palácio de Belém. Informado do volume da mobilização popular, o presidente tomou a ofensiva. Chamou o general Costa Gomes, o primeiro-ministro e o brigadeiro Oteio Saraiva de Carvalho, homem-chave do dispositivo militar, por ser o comandante do Copcon. Ninguém sabe exatamente o que se disse durante as longas horas em que os três ali permaneceram praticamente retidos. Mas, fora do Palácio, os acontecimentos precipitavam-se. O major Sanches Osório,

— (continua na pág. seguinte)



ministro da Comunicação Social, assumia o controle da televisão e das rádios, intimidava a imprensa e, dizendo falar em nome do Governo Provisório (a que já não pertence), ordenava o levantamento das barreiras nas estradas e oferecia aos organizadores da manifestação garantias de que ela decorreria com "ordem e dignidade". Era o confronto. E também o silêncio, pois, desde esse momento, o país ficou privado de notícias. Mas a manifestação não ocorreu. Foi barrada pelos piquetes nas estradas do Norte e do Centro, nas grandes auto-estradas de acesso a Lisboa, na ponte sobre o Tejo.

Antes da alvorada, o general Costa Gomes e o primeiro-ministro deixaram o Palácio e o brigadeiro Saraiva de Carvalho dirigiu-se ao seu comando. Pouco depois, a canção **Grandola, Vila Morena** era escutada em todos os cantos do país. A música revolucionária substituiu a música clássica. As 8 horas, a Emissora Nacional transmitia o primeiro de uma longa série de comunicados do MFA. Era a certeza da derrota da contra-revolução. E também o sinal para o começo de uma festa popular que iria prolongar-se por três dias. A conspiração malograra, porém no plano institucional tudo continuava numa faixa de indefinições.

A situação só começou a esclarecer-se no sábado, quando o MFA tornou pública a primeira lista de prisões, logo afixada em dezenas de pontos de Lisboa. Entre os detidos figuravam os nomes de Franco Nogueira, ex-chanceler de Salazar; Silva Cunha, ex-ministro do Ultramar; Elmano Alves, último presidente da ANP, o partido único do regime deposto; e Moreira Batista, ex-ministro do Interior de Caetano. Entre os onze militares presos incluía-se o general Kaulza de Arriaga, ex-comandante supremo em Moçambique, transferido para a reserva em maio. A lista continha ainda os nomes de condes, grandes fazendeiros, homens de negócios, traficantes, jornalistas ligados ao antigo regime, etc. Soube-se depois que doze pessoas de uma família de banqueiros — o grupo Espírito Santo — haviam fugido para a Espanha. A presença de outros era assinalada em Londres e várias capitais européias.

No domingo, quando o primeiro-ministro se dirigiu ao país (ainda sem jornais), o quadro de um golpe de Estado com uma grande tela de ramificações ganhou contornos mais nítidos. Vasco Gonçalves, de improviso e dominado por uma profunda emoção, falou sem reservas, sem artifícios oratórios, identificando-se com a imagem dos soldados do 25 de Abril. Garantiu que o processo de democratização iria para a frente a todo custo e reafirmou a "unidade indestrutível" entre o MFA e o povo. "Nós acabamos de viver", declarou, "um primeiro ataque em forma de reação ao Movimento de 25 de Abril nos moldes que, digamos, já são clássicos, porque eles são adotados pela reação em todas as partes do mundo. Esses moldes consistem em aproveitar-se da impreparação política das pessoas, dos motivos de interesse nacional que calam fundo no coração das populações e, em particular, em utilizar a emotividade suscitada por essas declarações, no sentido de dar a aparência de um grande apoio popular aos designios mascarados daqueles que estão interessados precisamente em prejudicar essas massas populares".

#### DUAS CONSPIRAÇÕES

Mas foi somente na segunda-feira, através dos primeiros relatos da imprensa, que o povo português se apercebeu da existência de duas conspirações paralelas, cujos fios se emaranhavam. O general Spínola desempenhava um papel importante numa delas, ao ligar o seu destino político ao êxito de uma manifestação que se propunha abrir as portas a um regime ditatorial. Partidos e grupos da ultra-direita, simultaneamente, agiam por conta própria. Organizavam



ações terroristas que deveriam ser deflagradas não apenas em Portugal, mas também em Angola e Moçambique. O plano, se executado, teria mergulhado o país num banho de sangue. Nele estavam implicados o extinto Partido Nacionalista, o Partido Liberal, o Partido do Progresso e personalidades empenhadas na volta de um fascismo "purificador e implacável". A descoberta de um fuzil de mira telescópica numa casa da qual se podia alvejar a residência oficial do primeiro-ministro foi a primeira de muitas surpresas. A rede de cumplicidade era tão ampla que os inspetores e agentes da PIDE, presos na Penitenciária, estavam ao corrente de quase tudo o que ocorria, e já tinham elaborado uma lista de centenas de pessoas que seriam eliminadas.

Na Sede do Partido do Progresso (fechado) foi encontrado um arsenal de "coquetéis Molotov", equipamento eletrônico sofisticado e uma lista de armamentos minuciosos: relacionava trezentas metralhadoras, 2 mil fuzis, quase 10 mil granadas de variados modelos, 2 milhões de balas, etc. O orçamento de 1974 desse minúsculo partido era, segundo notícia divulgada pelos jornais, da ordem de 5 milhões de dólares. Nas suas luxuosas instalações foram apreendidas pilhas de livros com os discursos de Salazar e outras tantas de uma obra que era a bíblia de seus militantes: o Livro Branco editado pelo Governo do general Pinochet no Chile. Um técnico de marketing político, o americano Clifton White, ganhava lá o salário mensal de 5 mil dólares. O PP era também uma fábrica de slogans colonialistas. Um dos mais comentados: "Portugal, vende-se. Tratar com Mário Soares". No abundante material já classificado pelos oficiais do Copcon aparecem documentos de todo tipo, desde o organograma da Comissão de Operações Especiais a memorandos no gênero do que diz: "Abra nova conta, de maneira a espalhar a confusão ainda mais do que já conseguimos".

#### POSIÇÃO DE SPÍNOLA

Na sede do Porto do Partido Liberal (fechado), a relação dos papéis e objetos achados despertou indignação. As instalações foram, aliás, destruídas por manifestantes, quando um simpatizante do partido gritou "abaixo o MFA".

O Serviço de Informações militares vinha há muito procurando chegar ao cerne da conspiração. Tinha conhecimento da existência de um amplo plano e da encomenda no estrangeiro de 40 mil armas. A movimentação nas fronteiras de pessoas suspeitas, o fluxo clandestino de capitais para o exterior, certos diálogos em festas de alta sociedade, a descoberta de armas e de um campo de

tiro ao alvo numa fazenda do Alentejo e a reunião secreta de trezentas personalidades do antigo partido oficial numa quinta de Elmano Alves — tudo se interligava. Apresentando-se sob o disfarce de traficante, um oficial entrou em contato com uma senhora (já presa) que era elemento de ligação de um poderoso grupo financeiro. Propôs a venda de uma importante quantidade de armas e a oferta foi aceita. O fio acabou no 12.º andar de um edifício muito visitado. Era o local de reunião da comissão organizadora da manifestação da "maioria silenciosa".

No sábado pela manhã, a posição de Spínola era insustentável. O MFA, entretanto, não tomou qualquer iniciativa para forçar a sua renúncia. É possível que o general tivesse permanecido por algum tempo na Presidência se houvesse condenado a manifestação. Seria mais um dos seus recuos táticos. Mas Spínola, desta vez, mudou de atitude. Ficou calado durante 48 horas. Depois pronunciou um discurso de renúncia que foi um desafio. Essa peça oratória transformou-o imediatamente no líder natural da oposição consentida pelas Forças Armadas, mas desgastou também o seu prestígio, já abalado.

#### APOIO POPULAR

Não é fácil ainda saber por que o deixaram falar. Mas a opção era clara. Ou o prendiam, abrindo fissuras no Exército, ou aceitavam os riscos inerentes a um enérgico discurso contra o processo revolucionário. O seu sucessor e amigo de toda a vida, general Costa Gomes, rebateu, porém, as críticas feitas no discurso de renúncia. Na realidade, faltava autoridade a Spínola para lançar anátemas contra a descolonização, depois de associar o seu nome aos acordos de Argel e Lusaka. Quanto à marcha da democratização, a resposta veio nas praças públicas: o MFA, o presidente Costa Gomes, os brigadeiros Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho foram ovacionados apoteoticamente durante as manifestações (100 mil pessoas no Porto e outras tantas em Lisboa) promovidas em todo o país após o fracasso da tentativa de golpe de Estado.

#### PERSPECTIVAS ELEITORAIS

Fala-se pouco das eleições, mas elas estão na mente de todos. Se realizadas hoje, garantiriam provavelmente uma Constituinte da centro-esquerda. O Partido Comunista, devido ao papel desempenhado durante a mobilização popular, foi o mais beneficiado pela crise. Mas os seus responsáveis evitam aludir a números e porcentagens. Falando à Visão, Álvaro Cunhal, secretário-geral, afirmou: "A derrota da grande conspiração reacionária que deveria culminar com a instauração do estado de sítio e de uma nova ditadura confirma a determinação do povo português de continuar firmemente o caminho da democratização e da descolonização. Uma vez mais a aliança do movimento popular e do Movimento das Forças Armadas revelou ser o fator decisivo e a garantia do Portugal democrático de hoje". E acrescentou: "Reforça-se a nossa confiança em que as eleições livres para a Assembleia Constituinte terão lugar como está previsto e que será finalmente instaurado em Portugal um regime democrático escolhido pelo próprio povo".

O MDP — Movimento Democrático Português também se fortaleceu muito. Se apresentar candidatos, deverá obter uma votação muito elevada.

#### PREOCUPAÇÕES

O Partido Socialista considera que foi dado um passo no sentido do socialismo, que virá "a longo prazo". "Pensamos", disse à Visão um dos seus dirigentes, Arons de Carvalho, "que o futuro distante será algo parecido à fórmula inicial da UP chilena ou uma frente democrática, mas talvez seja mais semelhante ao que se tem no Peru. Mas não podemos esquecer que Portugal depende econo-

micamente de vários países e é membro da OTAN. Terá problemas na medida em que se afastar da Europa, voltando-se para a África e talvez para a América, o que seria seu rumo natural".

As análises do PPD — Partido Popular Democrático, de tendência centrista, são fluidas. Marcelo Rebelo de Souza, afilhado de Caetano e filho de um ex-ministro de Salazar, acredita que a direita tradicional não sobreviverá à crise como força organizada legalmente. Aponta, sem hesitar, os nomes dos banqueiros Espírito Santo e Miguel Quina e do industrial António Champalimaud como envolvidos nos acontecimentos de 28 de setembro através do apoio financeiro. "Spínola", disse à Visão, "cria na sua missão e é profundamente anticomunista. Pode-se transformar em líder da oposição eleitoral ou em homem de intencões, com uma atuação claramente contra-revolucionária".

Dos partidos da direita, o único (que nega aliás qualquer tendência direitista) que não se comprometeu gravemente foi o CDS — Centro Democrático Social. É uma incógnita eleitoral. Poderá ocupar o lugar das forças agora derrotadas; mas poderá definir-se como legenda inexpressiva. Sua sede é a mais luxuosa, seus serviços de propaganda os mais sofisticados. "Não estamos pessimistas com a situação", explicou Dlogo Vainstein, um jovem dirigente que é a imagem do CDS, "porque o povo pode ser reconquistado. A esquerda venceu momentaneamente porque soube aproveitar o natural repúdio da massa a 48 anos de opressão e porque, controlando rádios, televisão e jornais, criou um clima psicológico favorável para ela. Não creio, como escreveu um jornal brasileiro, que os portugueses venham a ter saudades de Salazar, mas nós estamos tão preocupados com a situação como a imprensa internacional".

A situação econômica é muito delicada, mas não apresenta a gravidade a que aludem certos observadores. A própria Confederação das Indústrias acaba de desmentir que o país esteja "à beira do caos econômico", condenando as "manobras tendentes ao derrubamento da ordem democrática".

#### FINANÇAS VÃO BEM

A situação financeira justifica o otimismo do MFA. A liquidez do sistema bancário, por exemplo, é superior à de qualquer país do Terceiro Mundo. O volume de depósitos à vista de qualquer banco privado do Brasil, do México ou da Argentina é inferior ao dos quatro maiores bancos privados portugueses. De outro lado, somente as reservas de ouro do Banco de Portugal, às cotações que o metal alcança nas bolsas européias (aproximadamente 6 dólares cada grama), proporcionariam mais de 6,5 bilhões de dólares. É significativo que um grupo de empresários portugueses tenha apresentado recentemente um plano de investimentos, com base fundamental na poupança nacional, que canalizaria recursos superiores a 4,8 bilhões de dólares. Para um país com uma renda per capita de 850 dólares, é muito dinheiro.

#### UM QUADRO EM MUDANÇAS

O momento português é tão complexo e contraditório que sequer se pode afirmar que a derrota da intencional encerrou a crise. Em termos de análise política, a crise prossegue através dos seus desdobramentos. Embora o regime seja transitório, e por isso mesmo com ambições limitadas, terá de enfrentar situações imprevisíveis que são o rescaldo do 28 de setembro. Quando os diretores de um grande banco fogem para o exterior, quando o proprietário de uma grande empresa jornalística toma idêntica decisão, colocam-se problemas que transcendem, aliás, a simples capacidade decisória de um Governo. Surgem interrogações para as quais nem um sociólogo encontra resposta. Em Portugal as fronteiras do poder político e do poder econômico tornaram-se tão difusas que escapam a definições.

(in Visão, 21 de outubro de 1974)



**ESPORTE**

**Campeonato da 1.ª divisão 8.ª rodada**

Olhanense	3	Atlético	5
Belenenses	1	União de Tomar	0
Porto	1	Guimarães	1
Académico	1	Vitória de Setúbal	2
Sporting	3	Farense	0
Oriental	3	Leixões	3
Cuf	1	Boavista	1
Espinho	1	Benfica	2

Excelente resultado do Vitória de Guimarães frente ao Futebol Clube do Porto ao empatar no Estádio das Antas, mantendo-se assim no cimo da classificação.

Sensacional virada do Atlético em Olhão ao marcar 5 gols nos últimos 45 minutos quando perdia no primeiro tempo pelo resultado de 3x0. Nos demais jogos, bons resultados do Vitória de Setúbal, Boavista, Leixões e Benfica, que conseguiram pontos fora de casa o que é muito importante.

**Jogos da 9ª rodada da 1ª divisão**

Benfica	x	Guimarães
V. Setúbal	x	Porto
Farense	x	Belenenses
Tomar	x	Olhanense
Leixões	x	Sporting
Boa Vista	x	Oriental
Atlético	x	Académico
Espinho	x	Cuf

Classificação após a 8ª rodada:

1º - Vitória de Guimarães	13 pts.
2º - Porto	13 "
3º - Benfica	12 "
4º - Sporting	10 "
5º - Vitória de Setúbal	10 "
6º - Boavista	9 "
7º - Farense	9 "
8º - Belenenses	8 "
9º - Olhanense	7 "
10º - União de Tomar	7 "
11º - Atlético	7 "
12º - Sporting de Espinho	7 "
13º - Cuf	6 "
14º - Leixões	5 "
15º - Oriental	4 "
16º - Académico	2 "

**Alguns resultados da 2ª divisão**

<b>Zona Norte</b>			
Penafiel	3	Oliveirense	0
Famalicao	3	Régua	0
Vilanovense	1	Salgueiros	2
<b>Zona Sul</b>			
Portimonense	2	Cova da Piedade	1
Montijo	0	Estoril	2
Maritimo	1	Barreirense	1

**O desporto ao serviço do povo**

O Desporto tem sido apontado por inúmeros defensores de idéias dogmáticas, como o principal culpado da alienação do povo português. Idéia falsa, idéia errada. Objetivo: denegrir o desporto, afastando as multidões da verdade e colocando-as em guerra com esse desporto.

A propósito deste assunto, o nosso colega "Portugal Socialista" insere na sua edição de 16 do corrente um curioso artigo, que, com a devida vênia, transcrevemos, dado o interesse que possui e que vem ao encontro do que todos nós pensamos, adentro deste jornal, sobre a importância do fenómeno desportivo.

**"Uma política social ao serviço do povo"**  
Começa por dizer aquele nosso colega:

"Uma política social inspirada nos ideais socialistas propõe-se integrar num todo harmonioso as diversas atividades das pessoas, dando-lhes condições para o pleno desenvolvimento das suas capacidades. Do trabalho à vida cultural e artística, da educação à investigação, do turismo às atividades lúdicas, propor-se-á construir, não apenas uma vida materialmente melhor, mas também uma vida quotidianamente diferente".

O Desporto está perfeitamente integrado dentro desta linha de orientação. Desporto é educação, Desporto é cultura, desporto é atividade lúdica, desporto é saúde, desporto é

ocupação de tempos livres. Assim, sendo, procurar-se-á, naturalmente, fazer chegar o desporto a toda a população. E essa política irá desde o seu fomento nos próprios locais de trabalho até a tentativa de eliminar os desperdícios de tempo livre, passando pela construção de infra-estruturas, pela formação de professores, em iniciativas tendentes à promoção desportiva da população portuguesa.

O desporto não pode, pois, estar dissociado dos fenómenos sociais, económicos, políticos. E, quando este importante setor é tratado no Programa do PS não é esquecida a sua integração num conjunto mais vasto a que está intimamente ligado: "A promoção desportiva será parte integrante da promoção social, ou seja, da valorização e dignificação integral das populações de ambos os sexos e de todas as idades". Não faz sentido propiciar a prática desportiva a crianças de bairros de lata, esfomeadas, iletradas. Não faz sentido querer preencher com desporto os eventuais tempos livres de quem, para ganhar um mínimo essencial à sua subsistência, necessita trabalhar de manhã à noite. O desporto terá de ser mais um fator na promoção das populações. O desporto não poderá ser mais fator de alienação das populações, uma ajuda ao esquecimento das suas preocupações fundamentais.

**Turismo e tempos livres**

Não deixa de ser curioso dedicar umas linhas, como exemplo, à relação existente entre uma prática desportiva e uma política de transportes urbanos. Afirma o Programa do Partido Socialista no parágrafo dedicado aos "Tempos Livres e Turismo" (p. 41), sistematicamente situado imediatamente antes do parágrafo relativo ao desporto:

"Considerando que a ocupação do tempo da vida dos cidadãos se divide em três tipos — tempo de trabalho, tempo livre e "tempo perdido" (em transportes, formalidades burocráticas, etc.) — e que, contraditoriamente, o tempo "perdido" ocupa, atualmente, todo o tempo ganho com a redução do tempo de trabalho e, em muitos casos, é superior, especialmente nas grandes aglomerações urbanas, será executada, prioritariamente, uma política que elimine tais desperdícios e torne efetivos os ganhos de tempo livre, através de uma gestão coordenadora dos equipamentos urbanos e

da eliminação dos constrangimentos sobre o tempo disponível. A cultura, o turismo e o desporto serão postos ao serviço da valorização humana dos tempos livres".

O desporto está também intimamente ligado ao urbanismo ("prioritariamente, serão construídos pequenos parques de jogos, de utilização livre, a localizar junto de praças, jardins e largos, dos centros urbanos"), ao trabalho ("será fomentada a prática desportiva nos estabelecimentos, nas empresas e locais de trabalho"), ao ensino ("promover-se-á a construção de instalações, ginásios, piscinas e campos ao ar livre, nomeadamente nos estabelecimentos do ensino secundário"). O desporto, em suma, terá que ser englobado em toda uma política de promoção da população portuguesa. E é nesse sentido que se encontra inscrito no programa do Partido Socialista.

(De "O Mundo Esportivo")

**F. C. PORTO aceita jogar no Rio de Janeiro**

Fernando Peres ainda não perdeu a esperança de regressar, esta época, ao futebol português. Entretanto a coletividade portista ainda não desistiu do jogador. Este telefonou para o Porto, após a reunião diretiva do Vasco da Gama, de sexta-feira. Anunciou que o clube carioca não desiste do projeto do vice-presidente João Silva — quatrocentos e cinquenta contos pela rescisão imediata ou um jogo do F. C. Porto, no Rio de Janeiro, sem quaisquer encargos para os "cruzmaiteiros".

Os dirigentes portueses entendem, porém, que será arriscar muito dinheiro por um jogador que se sabe, de antemão, não virá a ter grande longevidade nas suas fileiras. E decidem-se propor o seguinte: jogo no Brasil, sim, senhores, desde que o Vasco lhes assegure dois outros desafios, mas este com "cachet" que fixa na altura em que o Campeonato Nacional for interrompido (10 e 17 de Novembro).

**VICTORIO DIONISI**  
Cópias: heliográficas  
xerográficas - eletrotáticas - fotocópias - mimeográficas - redução - ampliação  
Rua Libero Badaró, 488 - 8.º andar - B2  
Filial: Av. Angélica, 2395 - Loja 1 -  
Fone: 256-5141 - São Paulo

Rodoviário  
**"CARAVELLE"**  
Ltda.  
"O jato na Rodovia"  
Transportes rápidos entre: Rio - São Paulo -  
Viterói - Magé - Rio Bonito.  
RIO SÃO PAULO NITERÓI  
30-5075 92-1864 5294

**SÉCULO XXI**  
LIVROS  
Especializada em livros portugueses  
Atende pelo reembolso postal  
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315  
Fone: 33-5700 - São Paulo

**AVANÇO — LIVRARIA**  
QUEM NÃO LÊ... MAL FALA,  
MAL OUVI, MAL VÊ...  
Aberta diariamente até às 22 horas  
Rua Aurora, 704 — Fone: 239-0460  
SÃO PAULO

**PAPELARIA E LIVRARIA brasiliense**  
Livros Portugueses  
Livros Nacionais e Importados  
Livros Universitários  
Rua Barão de Itapetininga, 93/99  
Fone: 32-7770 — São Paulo

**EXPRESSO TUPINAMBÁ LTDA.**  
SERVIÇOS RÁPIDOS  
Transportes em geral para a Capital e todo o Brasil  
Rua dos Lilazes, 31 — São Paulo  
Fones: 275-6242 e 275-8914

**DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES**  
Advocacia civil e comercial  
Inventários, partilhas e arrolamentos  
- Desquites e anulação de casamento  
- Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contractos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.  
Rua Boa Vista - 84 - 7.º andar - salas  
701 a 704 - Telefone: 34-7064  
SÃO PAULO

**RENDARTE PLASTICOS LTDA.**  
Qualidade e perfeição em folhas rendadas em plástico  
Trav. João Borba, 35 - Fone: 292-1604  
SÃO PAULO

**MURILLO MELLO CÉLIA DE MELO E MOURA**  
ADVOGADOS  
Causas cíveis, criminais e trabalhistas  
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100  
Fone: 33-1846 — São Paulo

**OUÇA TODOS OS SABADOS**  
às 14,30 horas  
**PORTUGAL SEM PASSAPORTE**  
CANAL 13 — RIO DE JANEIRO

**TAP**  
TRANSPORTES  
AÉREOS PORTUGUESES

**OFICINA DE ESTAMPAS CISPLATINA**  
Consertos e reparos de máquinas e ferramentas  
SERVIÇO DE TORNO E PLAINA  
**SOARES & BAPTISTA LTDA.**  
Rua Cisplatina, 31 — Fone 273-5683 — Ipiranga — São Paulo

**VERBO**  
Enciclopédias - Dicionários - História - Ensaio - Ficção - Divulgação Científica  
Poesia - Livros de Arte - Arqueologia - Literatura Infantil - Literatura Juvenil  
**EDITORA VERBO, LIMITADA**  
Rua Bueno de Andrade, 480-484  
Tel.: 278-0444 São Paulo

**CASA DO MATE**  
Mate quente e gelado a toda hora -  
Mate com leite, limão e maracujá -  
Chá mate e chimarrão em pacotes das melhores marcas  
Av. São João, 602 - São Paulo

**SECRETARIADO MODERNO E PRÁTICA COMERCIAL**  
**JÁ NAS BANCAS** editora abz  
por apenas cr\$ 6,00

**ULISSEIA**

Livros nacionais e estrangeiros  
Técnicos, jurídicos e didáticos  
Para todos os cursos  
Primário, Ginásio, Científico  
Consulte-nos: fone: 239-3238  
**LIVRARIA E PAPELARIA JARAGUÁ LTDA.**  
Rua Marconi, 54 — São Paulo





## Comunicado emanado do Alto-Comissário e do Primeiro Ministro

— Sobre os acontecimentos verificados em Lourenço Marques, foi distribuído o seguinte comunicado conjunto do Alto-Comissário da República Portuguesa em Moçambique e do Primeiro-Ministro do Governo de Transição:

"Forças populares da Frelimo e unidades do Exército português, dominam toda a situação provocada, durante a tarde e princípio da noite de 22, por um grupo de descontrolado de comandos do Exército português, instigados por agitadores civis. Numa ação de desenvolvimento em íntima e eficaz colaboração, as Forças portuguesas e da Frelimo empenharam-se durante a noite e madrugada de hoje em fazer regressar a calma e tranquilidade a toda a cidade.

Três horas depois do início da agitação, as zonas mais gravemente afetadas estavam já sob "controle". A atividade de restabelecimento da ordem mantém-se, com especial incidência sobre alguns pequenos focos, localizados, onde a situação ainda é relativamente tensa.

Os incidentes do dia 22 tiveram início quando, cerca das 16 horas, alguns elementos de uma unidade de comandos do Exército português, localizados junto aos cafés Continental e Sacala, desencadearam ações de provocação contra civis, agredindo uma criança que vestia uma camisa com a bandeira da Frelimo estampada. Esta agressão teve como con-

sequência que numerosos populares se juntassem no local, indignados com a ocorrência.

Entretanto, agitadores manobravam entre a multidão, acirrando os ânimos dos militares descomandados. Muitos destes agitadores foram detectados em idênticas ações durante os incidentes de 7 de Setembro.

Toda esta ação irresponsável passou então a incidir sobre dois elementos da Frelimo, que haviam imediatamente comparecido no local, dentro da sua missão de vigilância e de manutenção da ordem, agredindo-os e desarmando-os. Como grande parte dos populares presentes se insurgissem contra mais este gesto do grupo de comandos e dos agitadores que os rodeavam, estes passaram à agressão direta aos civis, pondo-se depois em fuga num veículo do Estado. Alguns dos elementos que os apoiavam acompanharam-nos.

Cerca de uma hora mais tarde o mesmo grupo de comandos, reforçado com mais alguns elementos, todos armados, voltou a atacar dois outros combatentes da Frelimo de serviço, próximo da arcada do prédio "Náutico".

Estes recusaram-se a responder à provocação mas, posteriormente, foram atacados a tiro e vieram a perder a vida. O grupo de comandos sempre apoiado pelos mesmos agitadores civis, anteriormente detectados, seguiu, depois, em direção ao jornal "Notícias", onde intentou novo ata-

que contra o destacamento da Frelimo encarregado da segurança das instalações e do pessoal daquele diário. Houve troca de tiros, tendo os atacantes falhado nos seus intentos. No entanto, dessa nova ação provocatória resultou a morte de um civil e de um elemento do grupo atacante.

Verificaram-se ainda ferimentos em vários civis, entre os quais uma criança. Registou-se então um incêndio nas instalações dos Correios, provocado possivelmente por uma bala perdida, que ocasionou diversos prejuízos, entre os quais a destruição de várias encomendas contendo livros escolares que deviam seguir para o Norte do país. O sinistro foi dominado pela pronta ação de populares.

Decididos a continuar a sua criminosa ação, alguns elementos dos comandos convergiram para a região das Mahotas, onde penetraram através da Costa do Sol, dirigindo-se depois para a zona do aeroporto, subdividindo-se em pequenos grupos que, separadamente, penetraram nas zonas suburbanas da Vulcano e das Avenidas de Moçambique, Nossa Senhora de Fátima, Bairro da Coop e Avenida do Trabalho.

Uma vez infiltrados nestas áreas e com a colaboração de alguns civis armados, abriram fogo indiscriminadamente contra homens, mulheres e crianças.

A população suburbana, nos bairros e nas ruas, reagiu, gerando-se uma situação confusa e descontrolada.

Esta situação foi igualmente aproveitada por diversos agitadores negros destas zonas que, apolando-se nos grupos atacantes, procuraram contribuir para o agravamento da situação.

Foram apedrejadas e destruídas viaturas, atacados os seus ocupantes, assaltadas propriedades civis e instalações comerciais.

A população suburbana reagiu à agressão organizando barricadas e sistemas de proteção nos respectivos bairros. Contudo, a ação dos provocadores e a elevada tensão emocional ocasionaram uma incorreta generalização na definição do inimigo, levando certos elementos a definir o inimigo pela cor da pele.

Foi assim que civis brancos, inocentes dos acontecimentos, e, em alguns casos lutando ao lado das populações contra a infiltração dos bandos de criminosos foram vítimas da situação. Estes atos são de reprovar e energeticamente, de um e de outro lado, os responsáveis serão severamente punidos.

Saliena-se a ação positiva dos militares da Frelimo que, atuando prontamente ao nível das multidões, conseguiram constituir eficazmente

para o controle da situação gerada, o que contribuiu largamente para a sua normalização.

Agindo em estreita colaboração, tropas da Frelimo e do Exército Português, coadjuvadas pela Polícia de Segurança Pública, desencadearam uma vasta operação de domínio e controle da situação. Esta colaboração logrou impor a calma nas zonas mais afetadas poucas horas depois dos primeiros incidentes, desmentindo na prática e desta forma o clima de tensão que porventura os grupos dos comandos pretenderam criar entre ambas as forças.

Ao longo da madrugada, e durante a manhã de hoje, apenas subsistiram alguns focos de agitação localizados. Em breve o seu controle será total.

Na manhã do dia 23 em algumas zonas dos subúrbios mantinham-se ainda as barricadas erguidas pela população como autodefesa e que em diversos casos, dificultaram a entrada ao serviço de alguns trabalhadores.

No restabelecimento da tranquilidade em que, em conjunto, populações e Forças Armadas estão empenhadas, estas barricadas não são já necessárias, devendo ser desmontadas.

Dos incidentes de ontem resultaram numerosas vítimas. Registaram-se nomeadamente, 41 mortos e oitenta e oito feridos recolhidos ao longo da noite e de madrugada e transportados para o Hospital Miguel Bombarda.

Ao inclinarmos-nos comovidos perante a memória das vítimas inocentes, apelamos para a necessidade de respeitar as diretivas dadas pelas patrulhas mistas constituídas por forças da Frelimo e do Exército Português, a quem compete o restabelecimento completo da ordem.

É ainda de salientar que a atividade produzida nas fábricas e nos diversos locais de trabalho foi muito pouco afetada em praticamente toda a cidade".

### EX-AGENTES DA D.G.S. NA ORIGEM DOS INCIDENTES?

Desconhecem-se as razões que levaram esses militares a amotinarem-se nas vésperas da sua partida, mas não se exclui que tenham sido "manipulados", sobretudo por antigos agentes da polícia secreta D.G.S., com quem cooperavam estreitamente antes do 25 de Abril. Grande número desses agentes, detidos na prisão de Machava, foram libertados pelos amotinados do chamado "Movimento de Moçambique Livre", nas desordens registadas em Setembro passado.

## PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Publicação da Editora Portuguesa Lda  
Diretor  
Eduardo Rodrigues Chaves  
Conselho de Redação  
Alexandre António Pereira  
Fernando Lopes  
João Sarmiento Pimentel  
Joaquim Quiterio  
Márcio Ferreira Moura  
Raúl Ciriaco da Cunha  
Redação  
Rua Libero Badaro n.º 488 - 5.º - 4/50  
Caixa Postal 8248 - CEP 01000  
Telefone: 37-0938  
São Paulo - SP

### Distribuição

Fernando Obinaglia Distribuidora S.A.  
Rua Teodoro da Silva, 807  
20.000 - Rio de Janeiro - GB

### Impressão

Jornal Paulista Lda  
Rua Oscar Costa Gordinho, 46  
São Paulo - SP  
Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:  
REPUBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - BEIRA NOVA e outros.

### Correspondentes BRASIL

Rio de Janeiro - GB  
A. J. Bravo  
Pr. Floriano, 19, 1.º - 4/13  
Fone: 224-9765

### Recife - PE

Angelo Ferreira da Silva  
Rua do Hospício, 149 - 1.º  
Londrina  
Julia Duarte  
Ed. Centro Comercial - Apt.º 141  
Brasília - DF  
Livreria Encontro S.A.  
Galery do Hotel Nacional  
Lojas 24 e 25  
VENEZUELA - Caracas  
Junta Política Portuguesa  
Apartado 8387  
URUGUAY - Montevideo  
Junta Portuguesa Del Uruguay  
Casa de Correo 3128  
PORTUGAL - Lisboa  
Urbano Tavares Rodrigues  
Rua Tomas Ribeiro, 46 - 2.º andar  
INGLATERRA - Londres  
Portuguese and Colonial Bulletin  
10 Pentimian Road - London SW 3  
HOLANDA - Amsterdam  
Tulipa Vermelha  
Postbus 12038 - Bijmermeer

### CANADA - Toronto, Ont.

Portuguese Canadian Democratic Association  
P.O. Box 5921 - Station 1A  
CHECOSLOVAQUIA - Praga 1  
João Ribeiro  
Postovní Úrad Jindřišská UL.  
C/ 13 Scharanka 846  
FRANÇA - Paris  
Grupo de Amigos do "Portugal Democrático"  
2, Place François Villon  
Boisier II - La Courneuve 93110  
Assinaturas  
Para o Brasil  
Anual Cr\$ 120,00  
Semestral Cr\$ 60,00  
Via aérea  
Anual Cr\$ 170,00  
Semestral Cr\$ 85,00  
Para o Exterior - via aérea  
Anual US\$ 28  
Semestral US\$ 14